

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES
CURSO GEOGRAFIA

**CONFLITOS NA GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA
DO PIRANGA: A DEMOCRACIA DO “PARLAMENTO
DAS ÁGUAS” AFOGADA POR RELAÇÕES
ASSIMÉTRICAS DE PODER**

Discente: Juliana de Oliveira Tostes

Orientadora: Maria Isabel de Jesus
Chrysostomo

Co-orientador: Franklin Daniel Rothman

Viçosa
Dezembro de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES
CURSO GEOGRAFIA

**CONFLITOS NA GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA
DO PIRANGA: A DEMOCRACIA DO “PARLAMENTO
DAS ÁGUAS” AFOGADA POR RELAÇÕES
ASSIMÉTRICAS DE PODER**

Monografia apresentada como exigência
para a conclusão do bacharelado em
Geografia

Viçosa
Dezembro de 2007

AGRADECIMENTOS

Este trabalho constitui-se numa tentativa de denunciar as desigualdades de poder existentes nos Comitês de Bacia Hidrográfica. Eu nunca o teria concluído sem as sugestões e críticas de meus orientadores, que muito contribuíram para o meu amadurecimento teórico e minha formação enquanto pessoa, nestes quase cinco anos de convivência. Além deles, outras pessoas foram fundamentais para a construção desta pesquisa, dentre estas os membros do CBH Piranga que me forneceram preciosas informações. Agradeço aos meus familiares que souberam compreender minha ausência em tantos momentos em que estavam reunidos e em que eu estava me dedicando a este trabalho. Agradeço os meus queridos alunos que tantas vezes suportaram meu mau humor e nervosismo durante este ano. Agradeço às queridas geo-amigas: Sandra que me iluminou num momento em que eu pensei em desistir e Gislene pelo seu apoio “logístico”. E como poderia deixar de agradecer ao Arnald pelo apoio INCONDICIONAL em todos os momentos? E, finalmente, agradeço a minha mãezinha que nos momentos de angústia sempre esteve olhando por mim...

A todos vocês, obrigada por não me deixarem desistir de realizar este grande sonho, me tornar Bacharel em Geografia.

RESUMO

A presente pesquisa problematiza o suposto processo de democratização da gestão dos recursos hídricos por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHS, identificando os conflitos ambientais existentes e os potenciais entre os diferentes grupos sociais que estabelecem ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – MG. A nossa discussão pauta-se no pressuposto de que estes conflitos estão relacionados à sobreposições de territorialidades, ou seja, aos distintos interesses, estratégias e visões de mundo dos diversos membros e segmentos que compõem o comitê. Através da explicitação de problemas existentes no interior do CBH Piranga, e de uma análise sobre a apropriação privada dos recursos hídricos por usuários com a conivência do poder público, conclui-se que o CBH Piranga não se constitui num espaço de participação efetiva de todos os segmentos.

PALAVRAS CHAVE: recursos hídricos, relações de poder e conflitos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	1
1. JUSTIFICATIVA-----	3
2. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA-----	4
3. METODOLOGIA-----	8
4. CAPÍTULO I. O PAPEL DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NAS POLÍTICAS DE GESTÃO DAS ÁGUAS-----	12
4.1 Os Instrumentos para a gestão águas-----	16
4.2 A instituição da participação <i>versus</i> as assimetrias de poder dentro dos comitês de bacias hidrográficas-----	18
5. CAPÍTULO II: A GESTÃO DAS ÁGUAS NA BACIA DO RIO PIRANGA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS-----	23
5.1 Caracterização da bacia-----	23
5.2 A política de gestão das águas no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga--	26
5.3 Caracterização dos Membros-----	32
5.3.1 Poder Público Estadual -----	32
5.3.2 Poder Público Municipal-----	35
5.3.3 Usuários-----	37
5.3.4 Sociedade Civil-----	41
5.4 A participação no CBH: os distintos interesses e representações -----	44
5.4.1 Poder Público Estadual -----	45
5.4.2 Poder Público Municipal-----	45
5.4.3 Usuários-----	47
5.4.4 Sociedade Civil-----	48
6. CAPÍTULO III: OS PROBLEMAS ENFRENTADOS NA BACIA, CONFORME A ÓTICA DE DETERMINADOS GRUPOS-----	50
7. CAPÍTULO IV: CBH PIRANGA: UMA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL QUE LIMITA A PARTICIPAÇÃO-----	55
8. CAPÍTULO V: OS CONFLITOS AMBIENTAIS NA BACIA DO RIO PIRANGA-----	60

8.1 Os conflitos por apropriações materiais: os recursos hídricos como meio de sobrevivência versus a utilização econômica-----	60
8.2 As diferentes representações simbólicas da água e seu processo de apropriação---	67
8.3 Os conflitos potenciais na Bacia do Rio Piranga-----	72
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	76
Referências Bibliográficas-----	78
Anexo-----	82

LISTA DE SIGLAS

Associação Brasileira de Águas Subterrâneas -----	ABAS
Associação Brasileira de engenharia sanitária e ambiental-----	ABES
Associação Comunitária Agroecológica Rural do Bálsamo-----	ACAR
Associação Municipal da microrregião do Vale do Rio Piranga -----	AMAPI
Associação Regional das Escolas Família Agrícolas Paulo Freire -----	AREFAP
Áreas de Proteção Ambiental-----	APAs
Áreas de Preservação Permanente-----	APPs
Associação dos Suinocultores do Vale do Piranga -----	ASSUVAP
Agência Nacional das Águas-----	ANA
Comitês de Bacias Hidrográficas-----	-CBHs
Companhia de Saneamento de Minas Gerais -----	COPASA
Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina-----	-CFLCL
Conselho Estadual de Recursos Hídricos -----	CERH
Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental -----	-CODEMA
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais -----	EMATER/MG
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais -----	EPAMIG
FIEMG---- Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais -----	FIEMG
Fundação Estadual do Meio ambiente -----	FEAM
Instituto Estadual de Florestas -----	IEF
Instituto Mineiro de Gestão das Águas -----	IGAM
Poder Público Estadual-----	-PPE
Poder Público municipal-----	-PPM
Política Nacional de Recursos Hídricos -----	PNRH
Política Mineira de Recursos hídricos -----	-PMRH
Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Desenvolvimento Sustentável -----	SEMAD
Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos -----	SNGRH
Serviço autônomo de Água e Esgoto-----	SAAE
Universidade Federal de Ouro Preto -----	UFOP
Universidade Federal de Viçosa -----	UFV
Organização não governamental -----	-ONG

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Organograma da relação entre a PNRH e da PMRH -----	15
Figura 2: Mapa de localização de municípios da bacia do Piranga-----	25
Figura 3: Mapa de Conflitos ambientais na bacia do Piranga, em 2007-----	63
Figura 4: Mapa: conflito de territorialidades na bacia do Piranga, em 2007-----	68
Figura 5: Mapa conflito potenciais entre membros do CBH Piranga, em 2007-----	73
Quadro 1: Membros do CBH Piranga por Segmentos, em 2007-----	29
Quadro 2: Caracterização dos municípios representados no CBH Piranga-----	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de membros do CBH Piranga por segmento, 2007-----	31
Gráfico 2: Objetivos dos membros do segmento poder público estadual ao participarem do CBH Piranga-----	45
Gráfico 3: Objetivos dos membros do segmento poder público municipal ao participarem do CBH Piranga-----	46
Gráfico 4: Objetivos dos membros do segmento usuários ao participarem do CBH Piranga-----	47
Gráfico 5: Objetivos dos membros do segmento sociedade civil ao participarem do CBH Piranga-----	49
Gráfico 6: Problemas da Bacia do Piranga apontados pelo poder público estadual-----	51
Gráfico 7: Problemas da Bacia do Piranga apontados pelo poder público municipal---	51
Gráfico 8: Problemas da Bacia do Piranga apontados pelos usuários-----	52
Gráfico 9 : Problemas da Bacia do Piranga apontados pela sociedade civil-----	52
Gráfico 10: Problemas do CBH Piranga segundo o poder público municipal-----	55
Gráfico 11: Problemas do CBH Piranga segundo os usuários-----	56
Gráfico 12: Problemas do CBH Piranga segundo o poder público estadual-----	56
Gráfico 13: Problemas do CBH Piranga segundo a sociedade civil-----	57

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa problematiza o suposto processo de democratização da gestão dos recursos hídricos por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHS, identificando os conflitos ambientais dos diferentes grupos sociais que se territorializam ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – MG.

Ao longo da história, a gestão dos recursos hídricos no Brasil foi marcada por diferentes posicionamentos do Estado, sendo, segundo Setti, et. al (2001), pautada em três modelos: um burocrático, um econômico-financeiro e um sistêmico de integração participativa.

O modelo burocrático se estabeleceu principalmente a partir de 1934, com a Promulgação do Código das Águas - Decreto 24643/34. Este Código foi considerado avançado para a época, pois estabelecia a necessidade de concessão para utilização do recurso hídrico; a possibilidade de pagamento para esta utilização e a multiplicidade de usos da água, sendo por isso necessário o controle da qualidade do recurso para que os demais usuários não fossem prejudicados. No entanto, as diretrizes de tal instrumento legal nunca foram implementadas efetivamente, pois foram controladas pelo Estado.

Num segundo momento, relativo ao período da ditadura militar no país (1964-1984), a gestão continuou centralizada. Porém, assumiu-se uma perspectiva econômico-financeira através da qual se promoveu e se estimulou a intensificação do uso de recursos hídricos no âmbito de alguns setores, em especial Minas & Energia e Agricultura. Com isso, a preocupação fundamental era ampliar a quantidade e não a qualidade do recurso hídrico. Cabe ressaltar que este modelo baseou-se, fundamentalmente, na necessidade da integração territorial, interiorização e desenvolvimento regional.

As discussões internacionais¹ para uma modernização na gestão dos recursos hídricos, cujas preocupações eram a diminuição do consumo, a descentralização da gestão e a harmonização de conflitos entre os usuários, articularam-se com as

¹ Dentre estas discussões podemos citar a Conferência de Estocolmo realizada em 1972 e a Conferência de Dublin, realizada em 1991. Estocolmo foi a primeira conferência mundial que discutiu os problemas ambientais. A discussão pautou-se na necessidade de se estabelecer uma forma de desenvolvimento, pois o homem estaria gerando impactos ambientais indesejáveis diante de um modo equivocado de ação sobre a natureza. Assim, seria desejável buscar um desenvolvimento econômico juntamente com a proteção e a melhoria do meio ambiente e preocupando-se com as gerações presentes e futuras, o que é definido hoje como *desenvolvimento sustentável*. O documento gerado nesta conferência destaca, dentre outros pontos, a necessidade de se preservar condições de vida adequadas para o homem com a proteção e a melhoria do

discussões sobre a problemática ambiental em outros setores, fazendo com que aos poucos se iniciasse no Brasil um debate sobre a reorientação da gestão dos recursos hídricos do país. Este debate, iniciado na década de 80, pautava-se na necessidade de uma gestão participativa, que não fosse meramente técnica e institucional e, ao mesmo tempo, que se associasse aos princípios de um desenvolvimento sustentável, ou seja, a preservação da qualidade e quantidade dos recursos hídricos para as futuras gerações.

Assim, após pressões da sociedade civil o Estado brasileiro estabelece um terceiro modelo de gestão, que se caracteriza por ser sistêmico e de integração participativa, baseia-se na articulação de planejamento de longo prazo por bacia hidrográfica. Este último modelo consolidou-se a partir da Nova Política Nacional de Recursos Hídricos, que propõe uma revisão e atualização do planejamento de acordo com a dinâmica social, além de considera a integração dos aspectos sócio-econômicos e ambientais dos recursos hídricos. Segundo Barth (1999), a partir desse modelo o Estado abandona o seu papel de executor de políticas e passa a ser gestor e regulador, já que incentiva a negociação entre os diversos grupos que compõem uma bacia hidrográfica para que os conflitos sejam solucionados.

No capítulo I deste trabalho, apresenta-se um panorama desta Nova Política Nacional de Recursos Hídricos, discutindo-se a estrutura e as atribuições dos diferentes órgãos. Os aspectos positivos e as fragilidades desta nova estrutura de gestão são apontados, particularmente no que tange às assimetrias de poder dentro dos CBHs. A discussão se baseia na revisão de literatura de pesquisas acadêmicas sobre os comitês e em um estudo sobre o CBH Piranga no período de 2002 a 2007. No capítulo II, após uma pequena caracterização da bacia do rio Piranga, identificamos os diversos membros do Comitê e apresentamos seus interesses. Em seguida, nos capítulos III e IV relacionamos os interesses diferenciados dos membros à interpretação de quais seriam

meio ambiente, através da preservação dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, da conservação da natureza por meio do planejamento para o desenvolvimento econômico, combate à poluição, educação ambiental, promoção de pesquisa e desenvolvimento em questões ambientais, garantia do direito à exploração dos próprios recursos naturais. A Conferência de Dublin ratificou os pontos de Estocolmo e particularmente em relação a água doce, estabeleceu que esta não é mais um recurso renovável e que é necessária a incorporação dos diferentes setores da sociedade para o seu gerenciamento. Os princípios de Dublin foram totalmente incorporados na Nova Política Brasileira de Gestão dos Recursos Hídricos, dentre eles; (i) a água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para a manutenção da vida, para o desenvolvimento, e para o meio ambiente; (ii) o desenvolvimento e o gerenciamento da água devem envolver a participação de usuários, planejadores e encarregados da elaboração de políticas em todos os níveis; (iii) a água tem um valor econômico em todos os seus usos e deve ser reconhecida como um bem econômico (DINIZ, 2002).

os principais problemas existentes na referida bacia e quais os problemas existentes no interior do Comitê, respectivamente. Por fim, no capítulo V identificamos e problematizamos os conflitos ambientais em torno da gestão das águas desta bacia. A análise dos conflitos pauta-se no entendimento que estes estão relacionados a sobreposições de territorialidades, ou seja, aos distintos interesses, estratégias e visões de mundo dos diversos membros e segmentos que compõem o comitê.

1. JUSTIFICATIVA

A opção pelo tema pode ser explicada diante da experiência da autora em um estágio de vivência em uma comunidade de camponeses ribeirinhos e pela sua posterior inserção num Projeto de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens, na região do Alto Rio Doce. Assim durante sua vida acadêmica a autora pode perceber que os recursos naturais são apropriados privadamente por um grupo social e os impactos negativos gerados são socializados. Frente a esta realidade, quis compreender o motivo pelo qual espaços institucionais de diálogo e participação, como os CBHs, são palco de intensos conflitos entre grupos sociais

Em relação à nova Política de Gestão dos Recursos Hídricos, vários trabalhos acadêmicos a vêm discutindo. Alguns objetivando a descrição de seus aspectos institucionais², outros visando a explicitação de aspectos meramente técnicos relacionados ao monitoramento e a disponibilização de informações hidrológicas³. Outros, ainda, apesar de reconhecerem a contribuição desse novo sistema de gestão dos recursos hídricos em relação ao seu uso sustentável e a gestão participativa, problematizam os limites desta gestão e suas contradições⁴. É neste último grupo que esta proposta de trabalho se estabelece.

² THEODORO, H. D. **Gestão Institucional dos Recursos Hídricos em MG**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

CUNHA, F.M. Desempenho institucional na gestão de recursos hídricos: o caso dos Subcomitês de Bacia Hidrográfica Cotia-Guarapiranga e Billings-Tamanduateí na Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

³ Cardoso, C.A.; et al. Caracterização hidroambiental da bacia hidrográfica do Rio Debossan, Nova Friburgo, RJ. In: **Revista Árvore**. v.30, n.2. Viçosa-MG , 2006. p.249-256

⁴ CARNEIRO, P. R.F. **A construção social dos conflitos em torno do uso da água na Baixada dos Goytacazes, no Norte Fluminense**. Dissertação de mestrado em Planejamento urbano e Regional. IPPUR/UFRJ , 2003.

PIRES, Felipe de Carvalho e CIDADE, Lúcia Cony Faria. **Gestão do território e recursos hídricos no Distrito Federal: notas sobre o discurso do planejamento**. Brasília, 2003. 7p. Comunicação

Como a nova política para gerenciamento dos recursos hídricos desponta com a perspectiva de que os diversos usos devem ser considerados e que os diversos usuários devem dialogar entre si e com o poder público acerca destes usos, a problematização acerca desta nova estrutura de gestão se faz necessária, sobretudo para analisar se ela tem cumprido sua proposta ou se, por trás de um discurso democrático, tem servido para que os interesses de um pequeno grupo prevaleçam e se transfigurem como o interesse comum.

A escolha da região de estudo pode ser explicada por dois motivos: a) porque a vivência da autora se deu na Bacia do Piranga, o principal formador do rio Doce (MMA, 2007), b) porque não existe nenhuma pesquisa acadêmica sobre o CBH Piranga, assim o presente trabalho assume o papel de levantar e analisar informações que podem ser utilizadas pelo próprio Comitê, além de servir de base para novos estudos.

2. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A atual Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei Federal 9433/ 97, considera a água como um recurso natural limitado e de usos múltiplos, atribuindo-se a este recurso um valor estratégico e econômico. Além disso, a Legislação reconhece que a gestão dos recursos hídricos deve contar com a participação dos diferentes usuários, bem como do poder público (BRASIL, 1997). Tal política determina que a bacia hidrográfica seja a unidade territorial de gestão dos recursos hídricos porque integra a maior parte das relações de causa e efeito a serem consideradas na gestão da água⁵. Assim, para preservar os interesses de todos os usuários que se encontram na área de uma bacia hidrográfica, o recorte de uma gestão por unidade político-administrativa, como os municípios torna-se ineficiente, uma vez que não abrange a área de possíveis ações impactantes ao longo do curso hídrico (BARTH, 1999).

Diante disso, a lei admite e incentiva a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) para a gestão dos recursos hídricos. Tal perspectiva tenta abarcar

apresentada no Seminário Quintas Urbanas da UnB II, organizado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

⁵ De acordo com CUNHA (1996) a água desloca-se através de pequenas redes de drenagem que vão desaguardando em outras maiores, formando uma bacia, assim, uma atividade poluidora a montante de um rio pode causar grandes impactos a jusante, afetando a qualidade e quantidade da água.

características físicas mais homogêneas e interesses comuns dos diferentes agentes que se territorializam ao longo da bacia. Esta política, muitas vezes, é interpretada como um avanço em relação à gestão do território por parte do Estado, pois permite que agentes locais auto-gerenciem seus recursos hídricos, possibilitando um processo de desenvolvimento mais eficiente que considera as especificidades locais. Deste modo, por meio dos CBHs grande parte dos debates e ações sobre os recursos hídricos podem ser decididos e implementados no âmbito da localidade, considerando os interesses sociais locais na construção de políticas **no** – e não **para o** – território.

Campbell (2003 apud JORGE & ABERS, 2005) discute que a construção de políticas **no** território, proporcionada pela descentralização através de bacias hidrográficas, implica na redução de custos de transações burocráticas, no melhor aproveitamento de informações obtidas na bacia e na maior capacidade de adaptação às necessidades da população e da área, uma vez que a análise das informações é feita, em primeira instância, na própria localidade. Além disso, constitui-se num mecanismo de democratização, partindo-se do pressuposto que a sociedade local tem maior capacidade de controlar as decisões políticas em nível local que em nível central. Embora, conforme discutido pelo autor, a descentralização da gestão dos recursos hídricos apresente aspectos positivos, alguns trabalhos evidenciam fragilidades nesta nova estrutura de gestão.

Neste contexto, para Abers & Keck (2004), a descentralização da gestão não é democrática quando elites locais monopolizam os processos decisórios “capturando” as representações nos conselhos e fazendo valer suas intenções, mesmo que estas contrariem aspectos técnicos - científicos ou vão de encontro às prioridades de outros grupos.

Além disso, de acordo com Teixeira (2000), quando a sociedade civil local não se organiza e não têm capacidade técnica ou administrativa de deliberar ou executar determinada ação, este grupo pode não ter força para fazer valer suas intenções frente aos outros segmentos, limitando a prática democrática.

Segundo Abers & Jorge (2005), outra fragilidade em relação a esta estrutura de descentralização da gestão dos recursos hídricos é a resistência que determinados grupos locais têm em relação ao poder que lhes pode ser conferido, não se sentindo motivados a participar das estruturas institucionais criadas pela gestão descentralizada. Em relação à Política de Gestão de Recursos Hídricos, por exemplo, o incentivo viria do

poder concedido aos CBHs de definir preços e prioridades de investimento dos recursos gerados pela cobrança do uso da água. No entanto, os comitês mineiros ainda não têm tido tal incentivo, pois a cobrança pelo uso da água ainda não foi implementada no estado. Esta realidade desestimula a participação efetiva de determinados segmentos dentro dos Comitês, ou mesmo o apoio de outros segmentos, enfraquecendo o funcionamento desta estrutura de gestão.

Um outro impasse no novo processo de gerenciamento das águas é a utilização da bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão dos recursos hídricos. Apesar desse novo recorte abarcar características físicas e sociais mais homogêneas em torno de um curso d'água indo de encontro às antigas formas de gestão centralizadas, a gestão pode apresentar alguns problemas, tais como: a sobreposição sobre às divisões político-administrativas tradicionais entre municípios, estados e países – os CBHs não respeitam estas fronteiras, o que pode ser bastante problemático uma vez que o poder político e administrativo dos municípios foi fortalecido com a Constituição de 1988 (BRASIL,1988). Assim, de acordo com Cardoso (2003), o Comitê pode se tornar um espaço de disputas políticas entre os municípios, ao invés de ser um fórum de discussão para se estabelecer ações para o desenvolvimento sustentável da bacia. Além disso, há falta de identidade social que corresponda aos limites de uma bacia hidrográfica, isto é, os diversos atores que estão constituindo o processo de gestão dos recursos hídricos possuem percepções, identidades e estratégias espaciais baseadas em distintas referências territoriais. Deste modo, a referência da bacia hidrográfica ainda está em processo de construção. Ainda de acordo com a autora, as populações locais e as Instituições podem até entender o que é uma bacia hidrográfica, e que seu território faz parte desta unidade de gestão, no entanto, para que se construa esta identidade, é necessário que sejam motivados a participar da gestão coletiva dos recursos hídricos, pois ao longo da área de abrangência da bacia hidrográfica, estabelecem-se diferentes usos.

Os diversos usos podem gerar conflitos. As barragens, por exemplo, são erguidas para irrigação e geração de energia, mas podem diminuir o volume de água para o abastecimento urbano e provocar a inundação de áreas agrícolas e de proteção ambiental. Além disso, ocasionam o deslocamento involuntário de populações ribeirinhas, o que promove a destruição de suas referências sociais e culturais (ROTHMAN,1998). Outro tipo de conflito pode ser evidenciado pelas práticas

agrícolas que utilizam insumos como defensivos agrícolas e fertilizantes para o aumento da produtividade, podendo, porém, contaminar o solo e as águas. Também os centros urbanos, que normalmente se desenvolvem próximos aos cursos d' água, poluem e contaminam as águas com lançamento de esgotos domiciliares e resíduos sólidos. Por fim, existem os conflitos gerados pelas indústrias que lançam seus efluentes contaminando e poluindo as águas, o que altera sua temperatura e inviabiliza a permanência de espécies pouco resistentes, além de comprometer o uso doméstico (BERLINCK, 2003).

A apropriação do recurso hídrico se dá de forma distinta pelos diferentes agentes, tais como: ribeirinhos, poder público, industriais, grandes agricultores, empreendedores hidrelétricos, etc., pois seus interesses e concepções de território podem ser divergentes. Como tais segmentos possuem territorialidades distintas, desenrolam-se um conjunto de práticas materiais e simbólicas que visam a apropriação e/ou manutenção de um dado território.

Considerando que a territorialidade segundo, Raffestin (1993), advém dos diferentes interesses que influenciam um determinado ator ou grupo social na elaboração de estratégias para apropriação e/ou controle de um espaço e que os CBHs são palcos para a reprodução das relações de poder estabelecidas no território de uma Bacia Hidrográfica questiona-se: até que ponto os comitês estão se constituindo enquanto espaços de participação efetiva dos seus diferentes atores, do contrário, seriam eles meros espaços de discursos? Interroga-se também de que forma a participação ocorre e que estratégias os diferentes agentes sociais utilizam para sua atuação nas estruturas institucionais de participação? Além disso, quais territorialidades estes grupos expressam em sua área de atuação nos CBHs e quais almejam manter?

A partir de tais indagações, o objetivo geral deste trabalho é compreender como se territorializam os conflitos em torno do uso e apropriação da água entre os diferentes grupos sociais que compõem a Bacia do Rio Piranga. De uma maneira específica, pretende-se: identificar os diversos grupos sociais que participam do Comitê da Bacia do Rio Piranga; associar os interesses destes grupos aos diferentes usos e formas de apropriação da água; descrever as estratégias dos grupos acima mencionados e espacializar os conflitos ambientais existentes e os potenciais.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou os seguintes procedimentos metodológicos. Primeiramente, efetuou-se um levantamento bibliográfico sobre os aspectos teórico-metodológicos inscritos no campo da Geografia Política e nos temas relacionados à Geografia e Meio Ambiente, em especial à Gestão dos recursos hídricos no Brasil. Paralelamente a estas leituras, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do processo de constituição e funcionamento do CBH Piranga em documentos⁶ do próprio comitê, decretos estaduais⁷ e em atas de reuniões⁸. Objetivou-se buscar nestas últimas referências, informações acerca de sua história, composição e ações realizadas.

Além disso, para identificar os diversos grupos que constituem o Comitê e suas estratégias e buscar subsídios para identificar os territórios de conflitos, foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada construída a partir de um questionário proposto pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM.

Especificamente, em relação a caracterização dos municípios que fazem parte do CBH foi realizada através de informações provenientes do Censo 2000 e do Atlas de Desenvolvimento (2000) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

As entrevistas⁹ foram realizadas em julho de 2007 através de trabalho de campo e e-mail. No roteiro das entrevistas, incluíram-se questões relativas aos conflitos de territorialidades engendrados pelos processos de uso e apropriação da água e perguntas que possibilitaram a identificação do aspecto espacial do poder dos agentes.

Os informantes da pesquisa de campo foram selecionados por amostragem intencional¹⁰, o que compôs um universo amostral baseado na densidade informacional

⁶ Proposta de formação do comitê da bacia hidrográfica dos afluentes mineiros do Alto Rio Doce – região DO1, comitê da bacia hidrográfica do rio piranga/doce, maio 2002.

⁷ Decreto Estado de Minas Gerais outubro de 2002.

⁸ Reunião do Comitê em 20/11/2001-Piranga, Reunião do Comitê em 18/12/01 - Capela Nova, Reunião do Comitê 06/02/02 - Mariana, Reunião da Comissão Pró-Organização, 21/02/2002, Reunião da Comissão Pró-Organização em 10/04/02 – Ponte Nova, Reunião da Comissão Pró-Organização em 06/05/02 – Viçosa, Reunião de 07/05/02 - Raul Soares, Reunião de 28/05/02 - Viçosa, Reunião CBH Piranga- 23/09/2005 - Ponte Nova, Reunião CBH Piranga 20 /04/2006-Ponte Nova, Reunião CBH Piranga 01/11/2006-Ponte Nova, Reunião CBH Piranga 14/11/2006-Ponte Nova, Reunião CBH Piranga 15/05/2007-Ponte Nova.

⁹ O roteiro da entrevista encontra-se em anexo.

¹⁰ De acordo com MATTAR (1992) amostragem intencional é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende do julgamento do pesquisador em selecionar grupos específicos que possam contribuir para o objetivo de sua pesquisa.

dos atores locais, ou seja, no tipo de informação que estes forneceram diante dos propósitos da pesquisa.

Dos 72 membros do Comitê de Bacia do Piranga foram entrevistados quinze, quatro do poder público estadual, três do poder público municipal, quatro entre os usuários e quatro da sociedade civil. O critério utilizado para a escolha dos entrevistados se pautou na importância que os membros tiveram no histórico de formação e consolidação do Comitê, bem como na relação dos membros com os problemas enfrentados na Bacia, ambos descritos nas atas das reuniões. Assim, mais do que a equidade do número de membros a serem representados por cada segmento, privilegiou-se a real contribuição destes agentes para a construção e desenvolvimento do Comitê.

A partir dos documentos analisados, verificou-se que em relação ao poder público estadual, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, o Instituto Estadual de Florestas - IEF, a Fundação estadual do Meio ambiente - FEAM e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER/MG, tiveram um papel fundamental na mobilização para formação do comitê e para a assistência técnica, mediante a possibilidade de fornecerem informações sobre a história do comitê e apontarem alguns problemas dentro do mesmo, estes membros foram selecionados.

Em relação ao poder público municipal, várias prefeituras tiveram participação neste momento, no entanto, diante da impossibilidade de entrevistar todos representantes, priorizamos as prefeituras de Ponte Nova e Viçosa, municípios onde ocorreram um significativo número de reuniões de mobilização, bem como a Associação Municipal da microrregião do Vale do Rio Piranga - AMAPI - que engloba representantes de diversos municípios, o que ampliou a minha escala de análise.

Do segmento de usuários, foram selecionados o Serviço autônomo de Água e Esgoto, SAAE, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG e a Klabin S.A. As duas primeiras instituições foram selecionadas porque tiveram importante papel na mobilização para formação do Comitê, além de estarem relacionadas diretamente com a tentativa de solucionar os problemas de abastecimento de água e tratamento do esgoto dos municípios que compõem bacia. A FIEMG foi eleita por representar as diversas indústrias que contribuem significativamente para a degradação do recurso hídrico, já que são responsáveis pelo lançamento de dejetos oriundos do processo produtivo. Já a

empresa Klabin, produtora de embalagens de papel, inicialmente não foi selecionada para entrevista diante dos critérios acima mencionados, no entanto, foi eleita no decorrer do trabalho de campo devido à indicação pelo representante da FIEMG, que apontou a existência de um conflito entre esta empresa e a Associação dos Suinocultores do Vale do Piranga - ASSUVAP.

Em relação à sociedade civil, utilizamos o mesmo critério da escolha dos outros segmentos. Assim, foram entrevistados um representante da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - ABAS, da Universidade Federal de Viçosa - UFV, da Associação Regional das Escolas Família Agrícolas Paulo Freire - AREFAP e da ASSUVAP. A ABAS e a UFV foram selecionadas devido a importância histórica na formação do Comitê. A AREFAP foi escolhida por constituir uma instituição que engloba agricultores e filhos de agricultores que lutam em defesa do desenvolvimento local e da preservação ambiental da Bacia. Já a ASSUVAP foi escolhida devido a sua contribuição na poluição das águas em função dos dejetos provenientes das suinoculturas.

A partir da análise dos dados e informações das entrevistas foram elaborados três mapas. Estes foram gerados através do software ArcView, onde sobrepusemos à base da hidrografia da bacia do Rio Piranga à base digital dos limites entre os municípios mineiros. A localização de cada um dos membros e os conflitos entre eles foi feita através do programa Paint, no software Windows.

No primeiro mapa apresentamos os conflitos ambientais existentes entre os membros da Bacia quem compõem o CBH; no segundo identificamos os conflitos de territorialidades diante dos objetivos dos diversos membros ao participarem do Comitê. Por fim, no terceiro mapa apontamos os conflitos potenciais que podem ocorrer no território da bacia. Os conflitos ambientais existentes e os de territorialidades foram identificados pelas entrevistas, enquanto os conflitos potenciais foram apontados diante da espacialização dos agentes sociais e em função da sobreposição de territorialidades. Assim, a nosso ver, estes conflitos, embora não apontados pelos entrevistados, podem se concretizar nas áreas em que existe uma concentração de agentes de diversos segmentos e com distintos interesses em torno dos recursos hídricos.

Paralelamente, analisou-se o discurso dos entrevistados diante de suas representações sobre os recursos hídricos. Para tal, comparamos as falas dos entrevistados com a discussão realizada por Acselrad (2004) sobre as representações em torno dos conflitos ambientais. Assim, identificamos três tipos de discurso: o que

vincula os problemas ambientais a aspectos naturais; o que relaciona a crise ambiental ao crescimento populacional e o da degradação ambiental como um “mal necessário”. A explicitação do que estabelecem cada um destes discursos será realizada ao longo do trabalho.

4. CAPÍTULO I: O PAPEL DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NAS POLÍTICAS DE GESTÃO DAS ÁGUAS

Neste capítulo trataremos da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH e da Política Mineira de Recursos hídricos - PMRH apresentando a articulação entre elas, as suas estruturas, os órgãos criados e suas atribuições. Mostraremos o aparato legal que legitima a participação de diferentes grupos, mas que omite as relações de poder entre eles.

A PNRH foi instituída através da Lei 9433/97 e se fundamenta no princípio de que a água é um bem de domínio público e de usos múltiplos, sendo também um recurso natural limitado e dotado de valor econômico. A referida lei estabelece ainda que a gestão dos recursos hídricos seja realizada de forma descentralizada, contando com a participação dos diferentes usuários, comunidades, bem como do Poder Público. A PNRH visa assegurar as gerações futuras à disponibilidade de água em padrões de qualidade e quantidade adequados aos seus usos, através de uma utilização racional e integrada dos hídricos.

Estão entre as diretrizes gerais da PNRH: a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade; a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do país; a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental; a articulação do planejamento de recursos hídricos com os setores usuários e com os planos regionais, estaduais e nacionais; a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo e a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarianos e zonas costeiras (BRASIL, 1997). A unidade territorial para gestão dos recursos hídricos, de acordo com a Lei 9394/97, passa a ser a bacia hidrográfica, pois esta se constitui num espaço que integra todas as possíveis modificações que podem ocorrer em torno de um curso de água, articulando os aspectos naturais e atividades sociais que ocorrem em toda a área de drenagem.

Com o intuito de englobar todos os órgãos e entidades que atuam na gestão dos recursos hídricos a Lei instituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – SNGRH. Os objetivos do SNGRH são: coordenar a gestão integrada das águas; arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos; implementar a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; planejar,

regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos e por fim, promover a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

O SNGRH é composto pelo Conselho Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – CNRH, a Agência Nacional das Águas – ANA, os Conselhos dos Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, os Comitês de Bacia Hidrográfica, as Agências de Água e órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais relacionados à gestão dos recursos hídricos.

Perpassando todos estes órgãos encontra-se o Sistema de Informações dos Recursos Hídricos que se constitui num mecanismo de coleta, armazenamento e recuperação informações sobre os recursos hídricos, procurando articulá-las para que não fiquem dispersas. Este sistema visa descentralizar a obtenção e produção de informações sobre os cursos d' água.

O órgão máximo do SNGRH é o Conselho Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – CNRH, ao qual todas as demais instâncias do Sistema se subordinam. Este Conselho visa afirmar os interesses nacionais, de forma a superar os interesses locais e regionais. O CNRH¹¹ é composto por representantes de vários ministérios e secretarias do governo federal de Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de usuários e organizações civis de recursos hídricos.

O órgão executor das políticas hídricas formuladas pelo CNRH é a Agência Nacional das Águas – ANA¹². Esta se constitui em uma autarquia de autonomia administrativa e financeira vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

¹¹ De acordo com art.35, da Lei 9433/97, as competências do CNRH são: promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários; arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados; deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ou pelos Comitês de Bacia Hidrográfica; analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos; estabelecer diretrizes complementares para implementação da referida política, aplicar instrumentos e atuar junto ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; aprovar propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos; acompanhar a execução do Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; bem como, estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso.

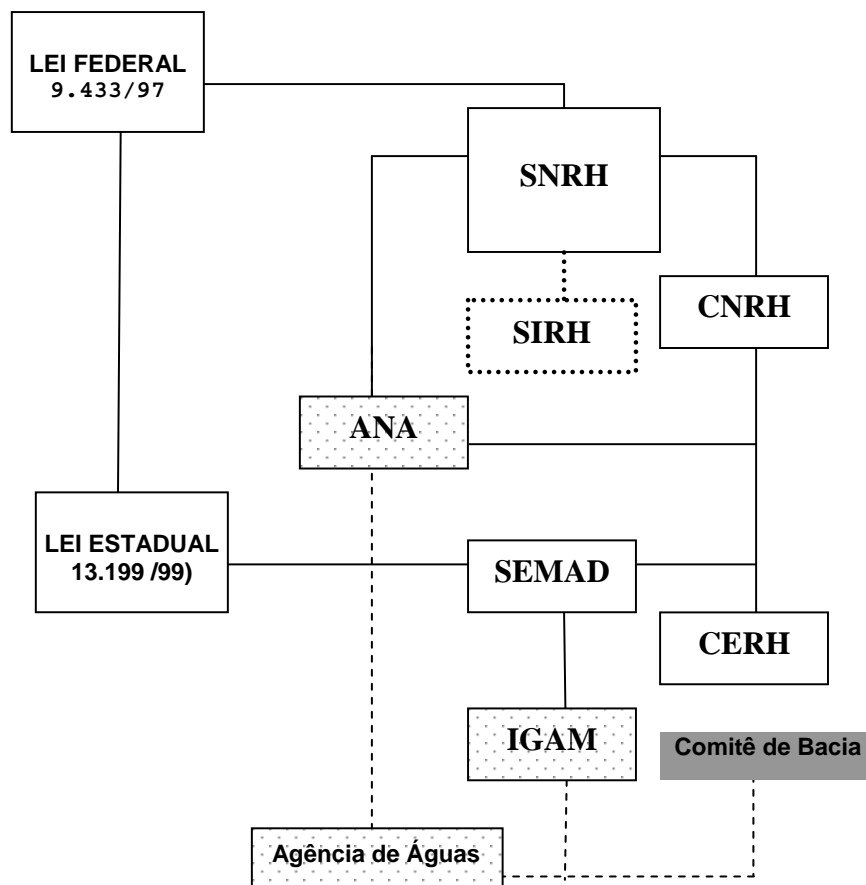
¹² A ANA foi instituída pela Lei 9984 de 17/07/2000 e constitui-se num órgão executivo. As competências desta Agência são: outorgar o direito de uso de recursos hídricos de domínio da União; arrecadar, distribuir e aplicar receitas auferidas por meio da cobrança; planejar e promover ações destinadas a prevenir e minimizar os efeitos de secas e inundações; organizar, implementar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre os Recursos Hídricos; prestar apoio à criação e consolidação de Comitês de Bacias Hidrográficas e as agências de Água ou Bacias correspondentes (BRASIL,2000).

Em Minas Gerais, de acordo com a Lei estadual MG 13.199/1999, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH além da articulação com o CNRH, deve estar submetido a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável SEMAD, o órgão coordenador da política de controle ambiental mineira. O CERH é um órgão deliberativo e normativo responsável pela Política Estadual de Recursos Hídricos e pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos, sendo um o órgão.

O órgão executivo do CERH é o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, sendo o responsável pelo apoio administrativo, compatibilização e coordenação das atividades técnicas daquele Conselho.

As Agências de Água também são órgãos executivos¹³, no entanto, só são criadas nos Comitês onde existe a cobrança pelo uso da água. Estas agências são responsáveis por implementar as decisões referidas dentro dos CBHs. No organograma a seguir, pode-se observar em linhas gerais as principais leis, órgãos, instituições e a relação funcional entre eles.

¹³ De acordo com o art. 44 de Lei 9433 e do art.38 da Lei 13.199/99 é de competência das Agências de água: manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos e o cadastro de usuários de recursos hídricos; efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo uso de recursos hídricos; analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos; acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação; gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área de atuação; celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências; elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica; promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos; elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica; propor ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica: o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso para encaminhamento ao Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; propor os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos e o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e indicar o rateio de custos das obras de interesse comum ou coletivo.



Legenda:

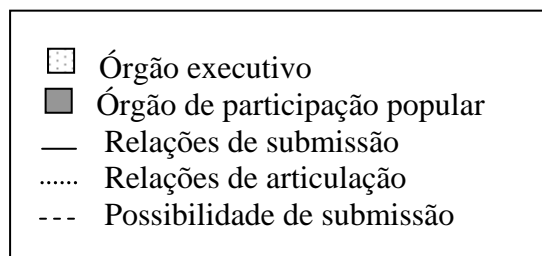


Figura 1: Organograma da relação entre a PNRH e da PMRH

Fonte: Adaptado de EXPEDIÇÃO PIRACICABA (CBH Piracicaba, s/dt), BRASIL (1997) e MINAS GERAIS (1999).

Os Comitês de Bacias são órgãos colegiados de poder consultivo, deliberativo e normativo em sua respectiva área de atuação. São compostos por representantes do setor público, dos usuários das águas e da sociedade civil, sendo o número de representantes de cada setor definidos pelo regimento de cada Comitê. A aprovação da criação de um

Comitê da Bacia Hidrográfica deve, necessariamente, ser submetida ao CERH ou ao CNRH.¹⁴

Os comitês também são conhecidos como “Parlamento das Águas”, pois se constituem num espaço onde, em princípio, todos os segmentos sociais com interesse no recurso hídrico podem expor e discutir seus interesses.

As atribuições dos Comitês são estabelecidas no art. 38 da Lei nº. 9433/97, dentre elas: a promoção de debates, aprovação dos Planos de Recursos Hídricos da Bacia e acompanhamento da execução deste, decisão de conflitos referentes aos recursos hídricos, proposta de critérios de cobrança de utilização, bem como propostas acerca os usos da água de pouca expressão que não estão sujeitos à outorga. Para a compreensão das atribuições dos CBHs faremos uma apresentação dos instrumentos de gestão das águas instituídos pelas leis Federal e Estadual no subitem abaixo.

4.1 Os Instrumentos para a gestão águas

De acordo com as Leis das Águas, os instrumentos para a gestão das águas são: os Planos de Recursos Hídricos, o Enquadramento dos corpos d' água, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e um sistema de Informações sobre estes recursos.

Os Planos de recursos hídricos constituem-se em documentos de ordem técnica que traduzem os critérios e diretrizes mais adequadas aos corpos de água, mas que também refletem os conflitos de interesse presentes na esfera política. O plano prevê diagnóstico dos recursos hídricos, balanço da situação, metas de racionalização, diretrizes de utilização e preservação. Os planos devem ser elaborados para cada bacia hidrográfica pelas secretarias executivas¹⁵. A aprovação, no entanto, deve ser realizada pelos comitês de bacias hidrográficas.

A nosso ver, a aprovação do plano de bacia pelo seu CBH correspondente sugere uma democratização da gestão das águas, pois, os diversos membros poderão, teoricamente, opinar sobre as ações futuras a serem realizadas ao longo da bacia. O problema é que grande parte destas instituições representam os interesses de uma

¹⁴ Em bacias de domínio estadual, a criação dos CBHs deve ser submetida a aprovação do CERH da respectiva unidade da Federação. Já nos casos em que a bacia hidrográfica ultrapassa os limites estaduais, a aprovação é de incumbência do CNRH.

¹⁵ As agências de bacias ou outras entidades legalmente autorizadas.

minoria e os Planos de bacia camuflados pela perspectiva democrática raramente são questionados, ainda que prejudiquem grande parte da população.

Um outro instrumento de gestão das águas é o enquadramento dos corpos d'água. Este se define como uma forma de zonestar os cursos d'água segundo classes de uso, visando assegurar às águas qualidade compatível com os usos a que se destinam, bem como diminuir os custos de combate a poluição, através de ações preventivas. O enquadramento deve ser feito pela Agência de Água, mas aprovação não é competência do Comitê, mas do Conselho Nacional ou Estadual de Recursos Hídricos¹⁶. Além deste instrumento foi criada a outorga, que é um mecanismo pelo qual o Poder Público concede o direito de uso para o interessado, mediante determinados prazos e condições¹⁷.

De acordo com o art.21 da Lei 9433/97, a cobrança pelo uso da água se faz necessária para que se reconheça seu valor econômico, para incentivar seu uso racional e para se obter recursos financeiros para a implementação de planos e programas de recursos hídricos, bem como o pagamento de despesas de implantação e custeio administrativos dos órgãos e entidades integrantes do sistema Nacional de Gerenciamento de recurso/s Hídricos. Ainda de acordo com a Lei, os valores arrecadados com a cobrança pelo uso das águas deverão ser aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica que foram gerados.

¹⁶ Em Minas Gerais águas são classificadas segundo seus usos preponderantes em cinco classes, conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 10/86: Classe especial - usos: abastecimento doméstico, sem prévia ou simples desinfecção; preservação de equilíbrio natural das comunidades aquáticas. Classe 1 – usos: abastecimento doméstico após tratamento simplificado; proteção das comunidades aquáticas, recreação de contato primário (natação, esqui-aquático e mergulho); irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvem rentes ao solo que sejam ingeridas cruas sem remoção de película; criação natural e/ou intensiva (aquicultura) de espécies destinadas à alimentação humana. Classe 2 – usos: abastecimento doméstico, após tratamento convencional; proteção de comunidades aquáticas; recreação de contato primário (natação, esqui-aquático e mergulho); irrigação de hortaliças e plantas frutíferas; criação natural e/ou intensiva (aquicultura) de espécies destinadas à alimentação humana. Classe - 3: abastecimento doméstico, após tratamento convencional; irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras; dessedentação de animais. A classe – 4: navegação; harmonia paisagística; usos menos exigentes.

¹⁷ De acordo com o art.14 da Lei 9394/97, a outorga será efetivada através de ato de autoridade competente do Poder Executivo Federal, Estadual ou do Distrito Federal. Os usos sujeitos a outorga, definidos no art.12, são os seguintes: derivação ou captação de água e extração em aquífero subterrâneo, ambas para consumo final seja para abastecimento público ou insumo de processo produtivo; lançamento de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de diluição, transporte ou disposição final; aproveitamentos hidroelétricos e outros usos que possam alterar a quantidade, ou a qualidade das águas. A legislação ainda define os usos que não estão sujeitos a outorga. Estes estão relacionados ao uso das águas para satisfação de pequenos núcleos populacionais do meio rural e as acumulações, derivações e lançamentos de água considerados insignificantes.

Os CBHs são responsáveis pelos critérios de aplicação destes valores. Assim, quem tiver maior poder nesta instituição será privilegiado com os recursos arrecadados na bacia como um todo.

Em Minas Gerais o órgão competente para outorgar o uso das águas é o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM. A outorga não é concedida por prazo indeterminado, não podendo ultrapassar 35 anos podendo, entretanto, ser renovada. De acordo com o art.15 da Lei 13.199/99, diante do não cumprimento dos termos da outorga, por fatores climáticos, pela degradação ambiental e pela necessidade de se atender o uso prioritário de interesse coletivo, o direito de outorga pode ser suspenso parcial ou totalmente. Cabe ressaltar que os CBHs podem influenciar as decisões do IGAM em relação a suspensão da outorga. No entanto, como apontaremos no subitem seguinte, muitas vezes, dentro dos comitês, o bem comum não é prioridade.

4.2. A instituição da participação *versus* as assimetrias de poder dentro dos Comitês de Bacias

De acordo com Barth (1999) os aspectos políticos relacionados às águas começaram a ser discutidos em 1987 no 7º Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos e Hidrologia. O documento gerado neste evento, a Carta de Salvador, ressaltou a importância da descentralização da gestão dos recursos hídricos e da participação social para contemplar as especificidades locais e viabilizar ações, assegurando continuidade de seu uso. No entanto, esta proposta de participação ainda se restringia ao âmbito consultivo e informativo estando o poder decisório nas mãos do Estado.

Assim, como observa Victorino (2003), apesar da Carta de Salvador trazer a perspectiva da descentralização e da participação da sociedade, não se pode afirmar que houve uma reorganização da estruturas estatais. Nesta perspectiva:

“Observamos que para os técnicos da área, neste período, a participação da sociedade era apenas uma forma acessória do processo, condição para viabilizar o uso múltiplo integrado dos recursos hídricos e não uma forma de representar concretamente outros interesses sociais, buscando equilibrar os poderes.” (p. 59)

Portanto, conforme afirma o autor, a gestão dos recursos hídricos no Brasil, até a década de 80, restringia-se às discussões na esfera técnica, sendo os aspectos sociais e políticos referentes às águas omitidos ou desconsiderados. Este modelo de gestão, ao

legitimar a racionalidade científica e tecnológica acentuou o desequilíbrio de poder social, pois excluiu a participação de instâncias representativas da sociedade privilegiando os interesses de determinados grupos econômicos e burocráticos.

Na década de 90, o paradigma da participação efetiva da sociedade ganha força, sendo discutido na Conferência de Dublin de 1991 e na Conferência Rio-92¹⁸. Os debates pautaram-se na necessidade de organização e controle dos sistemas hídricos de forma equilibrada, estimulando a participação pública através de mecanismos democráticos, contemplando todos os usuários e interessados - governamentais e não governamentais.

Para Castellano (2007), estes debates juntamente com o agravamento da degradação e escassez de recursos naturais demonstraram a inadequação dos mecanismos administrativos existentes até então, pois a degradação de tais recursos além de prejudicar as condições de vida de inúmeras populações poderia limitar o próprio desenvolvimento econômico. Especificamente em relação aos recursos hídricos, a pressão de alguns setores estatais ligados ao saneamento e dos movimentos sociais – que denunciaram os custos coletivos da degradação das águas – pressionaram o Estado para a criação de novos mecanismos institucionais de gestão ambiental, que considerassem a qualidade ambiental dos recursos hídricos, ao invés somente do aspecto econômico, de caráter quantitativo. Como a qualidade da água interessa aos seus diversos usuários, a defesa ambiental e a democratização tornaram-se os novos desafios para uma gestão dos recursos hídricos mais adequada.

É nesta perspectiva que o Estado brasileiro tem criado novos canais e mecanismos de relação entre a sociedade civil e a esfera pública, de modo a incentivar a participação, configurando uma nova institucionalidade. Em relação à política

¹⁸ Esta Conferência, realizada no Rio de Janeiro, retoma as discussões implícitas no documento gerado pela Conferência de Estocolmo (1972) cristalizando o termo *desenvolvimento sustentável*, ou seja, a compatibilização do desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras. No entanto, no avanço das discussões durante esta Conferência há o reconhecimento de que alguns atores degradam mais o meio ambiente, assim surgem muitas propostas bem como o estabelecimento do “princípio *do poluidor pagador*, que é a internalização dos custos de poluição para que o poluidor pague pelo que fez, o que não aconteceria sem a presença de instrumentos econômicos adequados. O maior resultado das discussões desta conferência é a Agenda 21, que estabelece um plano ou cronograma de ações visando à implementação do desenvolvimento sustentável em todos os países. Esta Agenda foi dividida em temas, sendo o Capítulo 18 inteiramente dedicado à proteção e à importância da gestão dos recursos hídricos, incorporando os princípios da Conferência de Dublin (DINIZ,2002).

ambiental, surgiram inúmeros conselhos consultivos e deliberativos que permitem o diálogo e a participação de representantes de ONGs e movimentos sociais com o poder público, como os Conselhos de Meio Ambiente (estadual, municipal), Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e os Comitês de Bacias Hidrográficas. Estes últimos materializam a gestão descentralizada dos recursos hídricos por bacia hidrográfica e admitem que as decisões sejam negociadas entre os diversos agentes públicos, usuários e sociedade civil organizada, criando um canal formal de participação (JACOBI & BARBI, 2003).

Segundo Jacobi (2006), os Comitês de Bacias operam no sentido de definir políticas públicas que influenciam decisões em torno dos recursos hídricos. Através dos CBHs questões sobre disponibilidade e uso da água não são debatidos apenas por técnicos e cientistas acatando-se as percepções da sociedade como um todo. Esta perspectiva visa a sua co-responsabilização e co-participação na gestão do meio ambiente. Apesar dos interesses territoriais em âmbito político, econômico e cultural se articularem às necessidades técnicas, as relações de poder não desaparecem, mas passam a serem trabalhadas conjuntamente, tornando necessária a conciliação de interesses e negociação de conflitos entre os diversos agentes para que benefícios coletivos sejam atingidos.

A estrutura dos comitês limita as chances de abuso do poder, porém não acaba com a possibilidade de manipulação de interesses por determinados grupos. Diante disso, Jacobi & Barbi (2003) apesar de reconhecerem a inovação que estes conselhos gestores representam em relação aos arranjos institucionais, questionam a capacidade de traduzir-se numa efetiva democratização nos procedimentos de gestão dos assuntos públicos. Isto porque o excesso de burocracia, a complexidade de muitos procedimentos e a supervalorização de alguns agentes diante de sua condição econômica e poder político, desestimulam a participação dos cidadãos. Ao mesmo tempo, a maioria da população tem uma participação limitada, pois têm pouco conhecimento sobre os mecanismos existentes e como podem atuar dentro destes. Assim, estes autores afirmam que a existência ou não de manipulação de decisões dentro das instituições de participação está relacionada à capacidade de organização destes segmentos. Dessa forma alegam que esta proposta de gestão descentralizada só terá êxito se for apoiada em processos educativos contando com a presença crescente de uma pluralidade de

atores, que, ao longo do tempo terão cada vez mais condições de intervir consistentemente nos processos decisórios de interesse público.

Segundo Castellano (2007) as diferenças de interesses não existem apenas entre os segmentos, mas também no interior dos segmentos que compõem um comitê, principalmente na sociedade civil, o que faz com que este segmento diante de sua heterogeneidade perca a força política. Assim, para que se tornem atores políticos efetivos, os diversos grupos e a sociedade civil em particular, precisam ser capazes de encontrar aliados, seja entre grupos com condições similares, seja com organizações com abrangência mais ampla que a local, ou mesmo criar alianças com alguns representantes do Estado.

Ainda na concepção desta autora, a água, sendo um recurso de uso comum, ou seja, sendo passível de utilização por diversos agentes, exige que os diferentes atores que dela dependem se organizem de forma cooperativa para que a utilização deste recurso seja racional, garantindo a sua disponibilidade para os diferentes usuários e sua conservação para gerações futuras. Embora os diferentes agentes possuam distintas percepções e entendimentos sobre os elementos que contribuem para o desenvolvimento, a criação de formas mais democráticas de gestão dos recursos naturais que permitam a participação de cidadãos comuns na deliberação e planejamento de estratégias e soluções para problemas coletivos é necessária. Isto porque os espaços de formulação de políticas com a participação da sociedade civil representam um avanço, pois além de evidenciarem os conflitos, trazem a perspectiva de negociação dos impasses através de discussões e votações.

No entanto, a autora argumenta que a existência de conflitos entre os atores é inerente reproduzindo a própria sociedade, por isso é necessário que haja diálogo e tentativa de entendimento entre estes, sob pena de ambos perderem. Destarte, as articulações baseadas em iniciativas de cooperação são importantes na gestão dos recursos hídricos e uma estrutura social baseada na confiança pode melhorar a capacidade de ação coletiva de determinados grupos.

Esta revisão das atribuições do Estado iniciada na década de 90, materializada nos CBHs, tem promovido uma maior participação da sociedade civil na gestão pública, introduzindo uma mudança qualitativa na gestão do território, através da incorporação de outros níveis de poder. Neste sentido, este novo arranjo institucional instaura a idéia

discutida por Rafesttin (1993) que define o território, como um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais sobre um espaço concreto, não limitado ao território do Estado.

Hasbaert (2002) concorda com Rafesttin (1993) e afirma que o território é um espaço politicamente construído, onde as territorialidades dos diferentes grupos sociais, ou seja, seus interesses, práticas e estratégias de apropriação territorial, são construídas e reconstruídas de acordo com as tendências sociais do momento, pelo fato destes grupos sociais viverem e valorizarem os sistemas territoriais de forma distinta.

A nosso ver, as áreas de atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas constituem-se em territórios, arenas onde a apropriação e controle das águas são determinados pela ação de alguns grupos de acordo com suas distintas e conflituosas concepções de desenvolvimento. Estes conflitos se territorializam, pois as decisões sobre a gestão dos recursos hídricos referendadas dentro do Comitê, assumem uma organização espacial.

De acordo com Fraga (2005), estas decisões materializam uma relação de poder assimétrica, pois, quando as decisões são controladas por um pequeno grupo, as ações implementadas não visam a qualidade ambiental e o bem comum, mas interesses particulares. Segundo este autor estas desigualdades de poder no âmbito do território das bacias hidrográficas sempre existiram, no entanto, ao serem reproduzidos dentro dos comitês ganharam visibilidade, pois muitas vezes, traduzem-se na degradação do recurso hídrico ou na diminuição da vazão¹⁹ de água para outro grupo.²⁰

Estas assimetrias de poder podem ser interpretadas como uma injustiça ambiental, que de acordo com Acselrad (2004), caracteriza-se pela concentração por parte de alguns grupos, dos benefícios usufruídos do meio ambiente e por uma distribuição desigual dos aspectos negativos do desenvolvimento.

No entanto, apesar destas fragilidades apontadas em relação à nova estrutura de gestão dos recursos hídricos, notadamente a questão da concentração de poder nas mãos de um pequeno grupo, concordamos com Souza (2005) que afirma que embora a

¹⁹ De acordo com a Agência Nacional de Energia elétrica – ANEEL vazão é um "volume fluído que passa, na unidade de tempo, através de uma superfície (como exemplo, a seção transversal de um curso d' água)".

²⁰ Segundo a Lei 9433/97 a água é um recurso natural limitado e de usos múltiplos. No entanto, quando um grupo dentro do Comitê consegue deliberar ações visando seu benefício próprio outro usuário de água pode ficar prejudicado. Por exemplo, se um grande produtor rural utiliza uma quantidade de água muito grande para a irrigação, outro produtor cujo estabelecimento rural localiza-se à jusante, pode ter a quantidade de água disponível diminuída.

participação dos grupos em diferentes instâncias não garante a plena autonomia e nem uma efetiva justiça social, ela é imprescindível para a mobilização por um desenvolvimento verdadeiro, ou seja, a partir de prioridades locais. Isto nos remete ao conceito de desenvolvimento a partir de uma “territorialidade autônoma”, que segundo este autor, se traduz na possibilidade dos grupos locais poderem reproduzir suas práticas materiais e simbólicas, sobre o território, decidindo sobre as ações a serem implementadas no mesmo para a geração de desenvolvimento²¹.

Diante disso, entendemos como Lima (2005) que, quando os desequilíbrios de poder são atenuados dentro de um comitê, esta instituição pode representar um significativo processo de desenvolvimento e promover a qualidade ambiental e a equidade social do território de uma bacia hidrográfica.

Na busca de compreender as assimetrias de poder relacionadas à gestão das águas na Bacia do Rio Piranga, faremos no próximo capítulo uma análise da Constituição e funcionamento do Comitê desta bacia.

²¹ Segundo este autor, o desenvolvimento é “o processo de auto-instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade” (p.105). Assim ele só existe se houver autonomia – que não é definida por um isolamento - quer legal, institucional ou espacial – mas sim, um ajuste dos fluxos externos a partir de um processo auto-instituído, de dentro para fora.

5. CAPÍTULO II: A GESTÃO DAS ÁGUAS NA BACIA DO RIO PIRANGA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

5.1 Caracterização da bacia

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM dividiu a Bacia do Rio Doce em 05 sub-bacias com o intuito de facilitar a gestão dos recursos hídricos²². A bacia do Rio Piranga corresponde à região DO1 e é composta por 65 municípios, com uma população total de 730.905 habitantes, cerca de 4% da população mineira (IBGE, 2007). A área ocupada é de 18.323 km², 3,12% do estado.

O Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios situa-se em torno entre 0,60 e 0,70, com exceção de Viçosa, cujo IDH situa-se na faixa de 0,80.

Dentre as atividades econômicas que se estabelecem nos municípios da bacia, se destacam: a agropecuária, através do reflorestamento, do cultivo de café, da suinocultura e criação de gado leiteiro e de corte; a agroindústria de açúcar e álcool; a mineração de ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros; industrial, através principalmente das indústrias de celulose e laticínios e geração de energia elétrica e, por fim, o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais.

A seguir, apresentamos um mapa com a localização dos municípios que pertencem à Bacia do rio Piranga.

²² Não existe consenso entre os pesquisadores entre as denominações bacia hidrográfica, sub-bacia ou micro-bacia. De acordo com Cecílio & Reis (2006) existem bacias de todos os tamanhos, com áreas que variam de alguns poucos hectares, como as bacias de alguns riachos ou ribeirões, a milhões de quilômetros quadrados, como a bacia do Rio Amazonas. Assim, de maneira geral convencionou-se chamar-se de bacia hidrográfica à toda área drenada pelo rio principal, que deságua no mar ou em um grande lago, e de sub-bacias às áreas de drenagem de seus afluentes. A micro-bacia é uma sub-bacia hidrográfica de área reduzida, não havendo consenso de qual seria a área máxima (máximo varia entre 10 a 20.000 ha). Por isso, em nosso trabalho reconhecemos que a Bacia do Piranga é uma Sub-bacia do Rio Doce, no entanto como nosso objeto de estudo é o Rio Piranga, adotamos ao longo do trabalho o termo bacia hidrográfica, por uma questão de escala de análise.

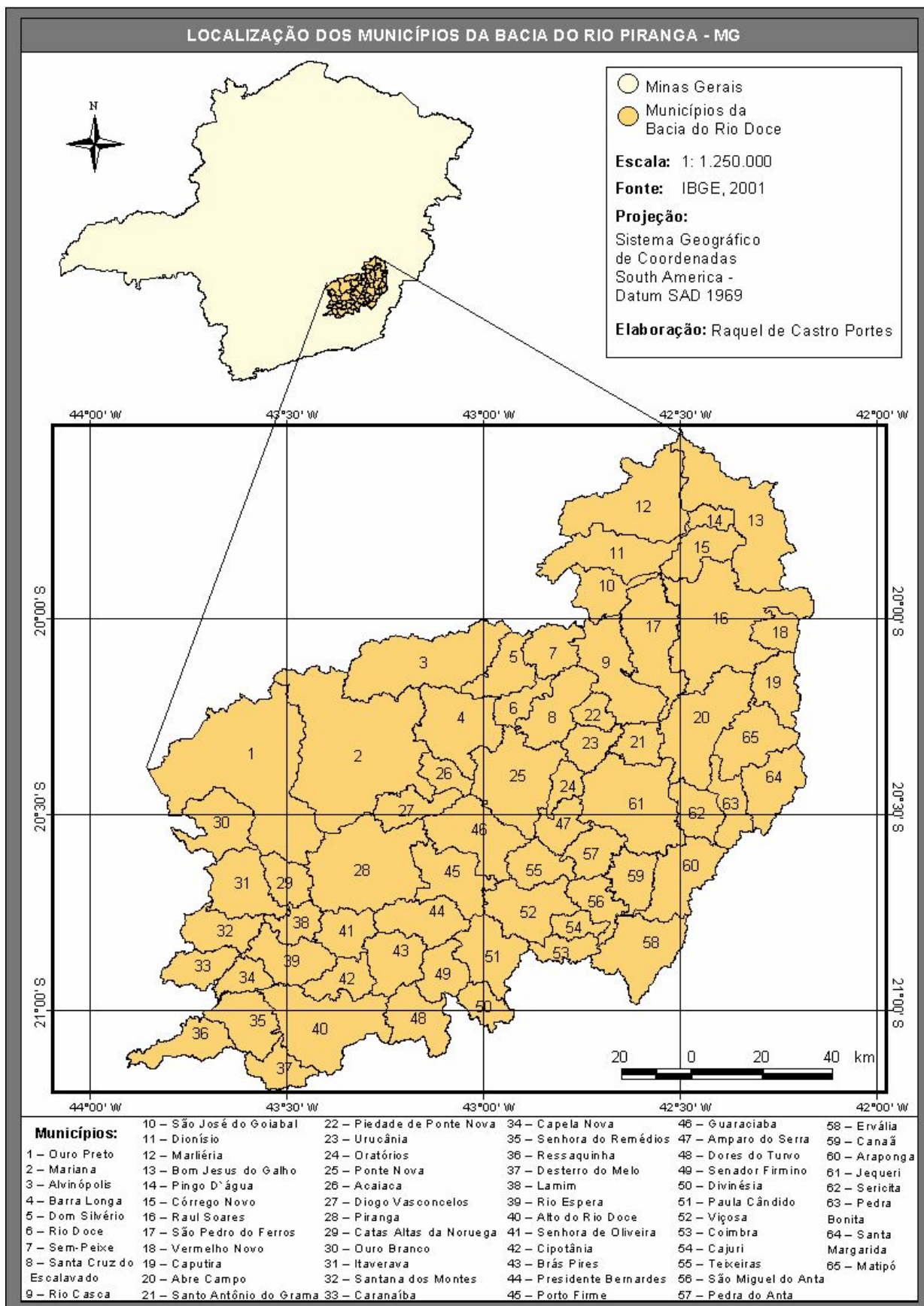


Figura 2: Mapa de Localização dos municípios da Bacia do Rio Piranga - MG

5.2 A política de gestão das águas no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga

De acordo com um documento do CBH Piranga intitulado “Proposta de Formação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Rio Doce – Região DO1” os trabalhos de mobilização de grupos locais quanto aos problemas relacionados aos Recursos Hídricos na Bacia do Piranga foram iniciados em 1992, após a 1ª Descida Ecológica do Rio Doce.²³ Nesta época, houve algumas reuniões no município de Ponte Nova, com o apoio do movimento Pró-Rio Doce²⁴. No entanto, devido à falta de incentivo das lideranças locais estes trabalhos não tiveram continuidade. Mas apesar disso, o debate não foi adormecido, pois aconteceram movimentos ecológicos de grande importância para a Bacia, embora não tenham sido capazes de concluir o processo de formação de um Comitê de Bacia na região.

Assim, somente em meados de 2001, a criação do comitê da bacia hidrográfica Piranga/ Doce (Região DO1) começou a ser melhor estruturada. A iniciativa de estruturação foi impulsionada pelo interesse de algumas prefeituras da região em se realizar um diagnóstico ambiental regional, com o intuito de delinear estratégias para a recuperação das áreas degradadas pela bacia do Piranga – que é a nascente do Rio Doce. A possibilidade de realização deste diagnóstico foi debatida num Encontro no município de Piranga no dia 30/10/2001, com a presença do IGAM, Consultoria Ambiental e Engenharia Ltda. - COAME, Prefeitura de Piranga e de cidades vizinhas.

Após muitas discussões entre o poder público municipal, usuários e sociedade civil perceberam-se grandes semelhanças nos problemas ligados às questões hídricas na região DO1. Assim, seguindo os preceitos da Lei Federal 9.433/97 e Estadual 13.199/99, que trata da questão da gestão dos recursos hídricos, verificou-se a necessidade da criação de um Comitê da Bacia Hidrográfica no Rio Piranga.

A partir dessa iniciativa foi formada uma comissão “Pró-Organização do Comitê Região – DO1”, que, com o apoio IGAM, iniciou os trabalhos relativos a divulgação da Política de Recursos Hídricos e a mobilização para formação do comitê da bacia na

²³Esta Descida foi um marco para o movimento ambientalista da região do Rio Doce, pois consistiu na descida da nascente a foz do rio Doce, buscando verificar problemas ambientais e conscientizar as pessoas sobre a importância da conservação do recurso hídrico. A maior parte dos participantes foi representada pela sociedade civil e pelo poder público (MACIEL, et al, 2002)

²⁴ O Movimento Pró-Rio Doce é uma organização não governamental sem fins lucrativos que nasceu em 1992, no município de Governador Valadares. Os objetivos desta ONG são: a proteção ambiental, a melhoria qualidade de vida, o resgate e a recuperação do Rio Doce e seus afluentes e também a promoção do desenvolvimento econômico sustentável e social da bacia como um todo.

região. No dia 22/11/2001 no município de Piranga foi realizada uma reunião na qual se definiram os membros que comporiam a futura comissão que foram: um representante de cada um dos seguintes municípios²⁵: Presidente Bernardes, Santana dos Montes, Mariana, Capela Nova, Guaraciaba e Senhora dos Remédios, sendo que os municípios de Piranga, Ressaquinha e Ponte Nova tiveram dois representantes cada um. Esta comissão ficou responsável por convidar as entidades organizadas e ONGs para próximas reuniões.

Os trabalhos de mobilização foram conduzidos por intermédio de reuniões, cadastramento dos representantes dos diversos segmentos da sociedade (órgãos do poder público e entidades da sociedade civil, ligados ao meio ambiente e aos recursos hídricos e usuários da água) dos 65 municípios pertencentes à bacia da região DO1. A Comissão também foi responsável por divulgar a intenção de formação de um comitê, através dos meios de comunicação. Esta mobilização redundou na adesão de 80 % dos 65 municípios mencionados para formação do Comitê.

Diante da composição da Comissão Pró-Organização do Comitê Região – DO1 podemos notar que o poder público teve papel fundamental no processo de formação do CBH Piranga. Além disso, foram os prefeitos dos municípios da região DO 1 (Afluentes Mineiros do Alto Rio Doce) que procuraram o IGAM, solicitando esclarecimentos sobre a formação de Comitês de Bacias. Ao mesmo tempo, a participação do IGAM no processo de estruturação do Comitê foi essencial, pois, prestou esclarecimentos sobre a Política das Águas e sobre o que é um CBH, suas competências e os procedimentos para a sua formação. Além disso, o IGAM enfatizou a importância da sensibilização de todos os municípios para a formação de um comitê.

Neste processo, o poder público, na figura da EMATER destacou a importância da união dos envolvidos na gestão ambiental da bacia, para que tenham acesso à informação, a assistência técnica, e a recursos financeiros por meio de projetos envolvendo a gestão das águas. Vale ressaltar ainda que a EMATER e o IEF tiveram papel relevante para a caracterização socioambiental da bacia, além de contribuir com a logística e divulgação para a formação do comitê.

No decorrer do processo de formação do comitê outras entidades também foram responsáveis pela mobilização dos diversos segmentos interessados, entre estas

²⁵ Na ata da reunião do dia 22/11/2001 não estão explícitos os critérios de escolha destes municípios para a Composição da Comissão.

podemos destacar a AMAPI, a ABAS, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES , a COPASA, o SAAE, a UFV e a Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.

A comissão provisória teve suas atividades encerradas quando houve a adesão formal dos municípios, usuários e entidades civis ao Comitê e quando um documento que continha uma proposta de formação do comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga foi apresentado ao CERH. Assim, no dia 28 de maio de 2002, no município de Viçosa encerrou-se a comissão provisória foi realizada uma eleição para uma Comissão Interina. Esta comissão foi responsável pelo detalhamento, apresentação da caracterização da Bacia e demais documentos necessários para a estruturação do Comitê da Bacia Piranga/Doce perante o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Em Dezembro de 2002, o CBH Piranga foi instituído pelo Decreto nº. 43101.

Ao analisar as atas das reuniões dos dias 06/02/02, realizada no município de Mariana; 21/02/2002 e 10/04/02 realizadas no município de Ponte Nova; 06/05/02 e 28/05/02, realizada no município de Viçosa; 07/05/02 realizada no município Raul Soares, 23/09/2005, 20 /04/2006, 01/11/2006, 14/11/2006 e realizadas no município de Ponte Nova, notamos que, desde 2002 até 2006, as ações do CBH Piranga foram burocráticas, consistindo em votações de regimento, eleição de diretores e membros e esclarecimentos sobre a função dos comitês e sobre os instrumentos de gestão estabelecidos pela Lei 9433/97, como os: Planos Diretores de Recursos Hídricos, o enquadramento dos corpos d' água em classes, a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, a cobrança pelo uso de recursos hídricos, etc. Portanto, nenhuma ação para a melhoria da qualidade ambiental da bacia foi implementada na prática. Verificamos que, somente em setembro de 2005 foi cogitada a elaboração de um plano de bacia e Criou-se, então, uma Comissão Provisória para Elaboração do Plano da Bacia do Rio Piranga. De acordo com a ata reunião do dia 23/09/05, realizada em Ponte Nova, os membros da Comissão Interina representavam: a Prefeitura de Ressaquinha, a UFV, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, a EMATER, a ABES, a Ruralminas, a Prefeitura de Mariana, a Superintendência Regional de Ensino de Ponte Nova, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, o Departamento municipal de água e esgoto - DMAES -Ponte Nova, o SAAE, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA, a Associação Comunitária Agroecológica Rural do Bálsamo - ACAR e da Prefeitura de Raul Soares. No entanto, esta Comissão

não conseguiu concluir o trabalho, mas conseguiu elaborar em 2006 um documento relatando os principais problemas da bacia, ratificando um documento que havia sido feito pela Comissão Pró-Organização do Comitê Região-DO1, em 2002. Discutiremos estes documentos no próximo subitem.

No dia 15/05/2007 foi empossada a Nova diretoria do Comitê, que de acordo com a ata da reunião deste dia, passou a ser composta da seguinte maneira: na presidência um representante da Associação Comunitária dos Amigos da Lagoa Nova, na vice-presidência um representante da Prefeitura de Ressaquinha, como primeiro e segundo secretários um representante do SAAE de Raul Soares e outro da Ruralminas, respectivamente. Diante disso, verifica-se que a diretoria do Comitê existe um membro de cada segmento. Os membros do CBH Piranga estão identificados no quadro1, a seguir:

Quadro 1: MEMBROS DO CBH PIRANGA POR SEGMENTOS, EM 2007.

PODER PÚBLICO ESTADUAL
Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM- 2 representantes
Instituto Estadual de Florestas - IEF -2 representantes
Ruralminas -2 representantes
Fundação estadual do Meio Ambiente – FEAM- 2 representantes
Empresa Mineira de Assistência técnica e extensão Rural - EMATER – MG - 2 representantes
Secretaria Estadual de Educação-2 representantes
Secretaria de Estado de Saúde - Gerência Regional de Saúde- 2 representantes
Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG - 2 representantes
Secretaria Estadual Agricultura Pecuária e Abastecimento – SEAPA -2-representantes
PODER PÚBLICO MUNICIPAL
Prefeitura Municipal de Rio Doce
Prefeitura Municipal de Ponte Nova
Prefeitura Municipal de Mariana
Prefeitura Municipal de Alvinópolis
Prefeitura Municipal de Raul Soares
Prefeitura Municipal de Córrego Novo
Prefeitura Municipal de Acaiaca
Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova
Prefeitura Municipal de Diogo de Vasconcelos
Prefeitura Municipal de Viçosa
Prefeitura Municipal de Barra Longa
Prefeitura Municipal de Porto Firme
Prefeitura Municipal de Ressaquinha
Prefeitura Municipal de Guaraciaba
Prefeitura Municipal de Oratórios
Prefeitura Municipal de Jequeri
Prefeitura Municipal Bom Jesus do Galho
AMAPI - Associação Municipal da Microrregião do Vale do Rio Piranga

USUÁRIOS
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
SAMARCO Mineração S.A.
DMAES - Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento
KLABIN S.A.
SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Raul Soares
SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Abre Campo
SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mariana
SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Senador Firmino - 2 representantes
SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa
Destilaria Atenas Ltda.
Frigorífico Industrial Vale do Piranga S.A.
Associação dos Produtores de Magalhães
CAT-LEO Construções Indústria e Serviços de Energia S.A.
Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina
COPASA - Ponte Nova - 2 representantes
SOCIEDADE CIVIL
ABAS - Associação Brasileira de Águas Subterrâneas
ASSUVAP - Associação dos Suinocultores do Vale do Piranga
ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação de MG - SINDAGUA - 2 representantes
Associação Comunitária dos Moradores da Pirraça
Organização Verde Água - 2 representantes
Associação Comunitária Agroecológica Rural do Bálsamo – ACAR - 2 representantes
Associação Regional Escola Família Agrícola Paulo Freire – AREFAP- 2 representantes
Associação Comunitária dos Amigos da Lagoa Nova - 2 representantes
Universidade Federal de Viçosa - UFV - 2 representantes

Fonte: Ata de reunião do CBH Piranga, realizada em 15/05/2007, em Ponte Nova - MG.

Conforme podemos notar neste quadro, no CBH Piranga existem 18 representantes do Poder Público Estadual - PPE, 18 do Poder Público Municipal - PPM, 18 dos usuários e 18 da sociedade civil. Assim, analisando a participação dos segmentos e comitê, verificamos que estes se distribuem da seguinte maneira: 25% representam o PPE, 25% o PPM, 25% os usuários e 25% a sociedade civil, conforme o Gráfico 1:

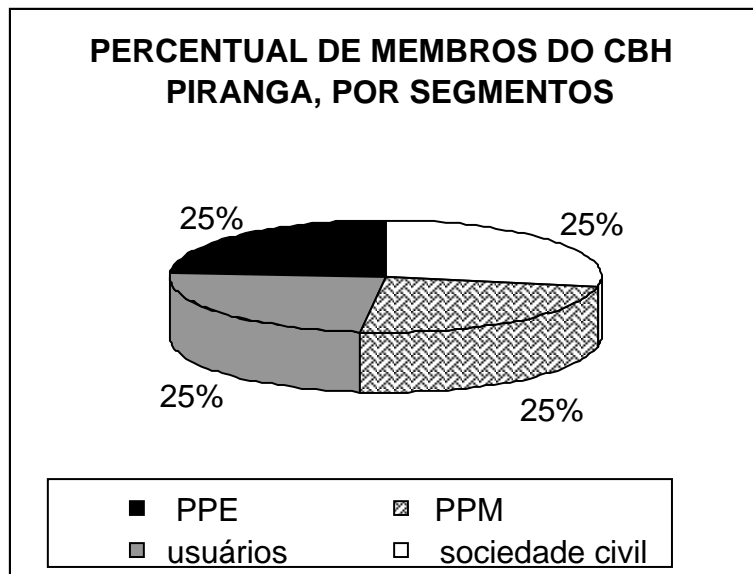


Gráfico 1: Percentual de membros do CBH Piranga, por segmentos
Fonte: Ata da reunião do dia 15/05/07

Através de uma análise superficial da composição do comitê não se apreende um desequilíbrio de poder entre os segmentos, pelo contrário, eles são representados de forma equitativa. Resta saber se a participação é realmente efetiva, questão que discutiremos com maior profundidade no decorrer do trabalho.

No entanto, nesta seção apontaremos sucintamente as fragilidades de uma interpretação meramente estatística sobre a representação no CBH. O primeiro problema é que alguns membros que são classificados como um segmento específico, representam os interesses de outro segmento.

Esta questão é analisada por Cardoso (2003), que admite que a confusão na interpretação entre quem é poder público, usuário e sociedade civil, é complexa. Nas palavras da autora:

“Uma das principais críticas aos CBHs, é que empresas públicas de saneamento e de energia elétrica, entram na categoria de usuários, quando geralmente defendem interesses governamentais. A outra se refere a associações e sindicatos, que entrariam inicialmente na categoria de sociedade civil quando podem representar interesses de grandes usuários. Há ainda o caso dos Conselhos Municipais e Câmaras de Vereadores que, embora pertencendo ao poder público municipal, também podem ser considerados sociedade civil.” (p.2).

No caso do CBH Piranga, o caso mais emblemático quanto a esta confusão de classificação é o da ASSUVAP, que embora seja classificada como sociedade civil representa os interesses de usuários, no caso, os suinocultores.

Um outro aspecto relevante é incontestável importância atribuída ao papel do Estado, pois, se somados, os representantes do poder público estadual e municipal, veremos que a esfera pública corresponde a 50% dos membros do CBH. Se por um lado esta composição traz a perspectiva de que os interesses públicos sobre o uso e apropriação da água serão assegurados, por outro, não explicita a possibilidade do poder público estabelecer parcerias com entidades privadas, o que pode provocar uma inversão de prioridades, ou seja, os interesses privadas poderão ser priorizados, ainda que o segmento de usuários seja menor representado do que o poder público.

É importante ressaltar ainda que a representação na composição do Comitê nem sempre se traduz numa real participação. Nas entrevistas verificamos que muitos membros não têm esclarecimento sobre sua função, podendo ficar sujeitos a manipulação de grupos mais articulados. Para discutir este aspecto, caracterizamos cada um dos membros do CBH Piranga²⁶, apontando suas características e interesses na participação desta Instituição. Em seguida, com base nas entrevistas e nesta caracterização, agrupamos os interesses de cada segmento de acordo com sua representação ou significação do recurso hídrico. Estas análises serão apresentadas nos subitens seguintes.

5.3 Caracterização dos Membros

5.3.1 Poder Público Estadual

IGAM

É o órgão responsável pela concessão de direito de uso dos recursos hídricos estaduais, preservação da quantidade e da qualidade de águas em Minas Gerais. O seu objetivo como membro do CBH Piranga é orientar e incentivar a consolidação do

²⁶ A Associação Comunitária dos Amigos da Lagoa Nova, a ACAR, Associação de Produtores de Magalhães e a Associação Comunitária dos Moradores de Pirraça não foram caracterizadas por que não foram encontradas informações documentais sobre elas.

comitê, para que, de forma descentralizada, integrada e participativa, se alcance o desenvolvimento sustentável da região.

IEF

É uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Tem como atribuições a execução da política florestal do Estado, a preservação e conservação da fauna e da flora, dos mananciais e a promoção o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis e da pesca, bem como a realização de pesquisa em biomassa e biodiversidade. O IEF dentro do CBH Piranga busca dialogar com os demais atores para juntos promoverem ações que contribuirão para o desenvolvimento sustentável da bacia. Além disso, visa prestar assistência para pareceres nas Câmaras Técnicas.

FEAM

É um dos órgãos seccionais de apoio do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM e atua vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD. Seus objetivos são: executar, no âmbito do Estado, a política de proteção, conservação e melhoria da qualidade ambiental no que diz respeito à prevenção, à correção da poluição ou da degradação ambiental provocada pelas atividades industriais, de extração mineral e de infra-estrutura, bem como promover e realizar estudos e pesquisas sobre a poluição e qualidade do ar, da água e do solo. Especificamente no CBH Piranga, a FEAM tem participado do comitê por que concebe que a eficácia da gestão dos recursos hídricos passa pela descentralização, e, por isso, todas estas iniciativas devem ser apoiadas, inclusive, tecnicamente.

EMATER – MG

É vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento. Esta instituição tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável, por meio da assistência técnica e extensão rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira. Dentro do CBH Piranga, além da assistência técnica, a EMATER

busca a consolidação efetiva do comitê, através da conscientização da sociedade civil, pois segundo relato de representante desta Instituição, este segmento, embora representado, não tem atuado como os demais.

RURALMINAS

É uma entidade pública estruturada para oferecer tecnologia e serviços de colonização, engenharia e gerenciamento de programas de desenvolvimento rural. Os objetivos da instituição constituem-se em planejar, gerenciar e executar programas e projetos de irrigação pública, infra-estrutura hídrica e desenvolvimento rural, engenharia e motomecanização agrícola para proporcionar a população qualidade de vida, em harmonia com o meio ambiente. Dentro do CBH Piranga, sua grande contribuição é a assistência técnica.

PMMG – POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

A Polícia Militar tem como atribuição o zelo pela segurança pública, mediante a preservação da ordem, com a finalidade de proteger o cidadão, a sociedade e os bens públicos e privados, coibindo os ilícitos penais e as infrações administrativas. Além disso, a PMMG entende que os esforços necessários para se conter o avanço da criminalidade devem alicerçar-se, essencialmente, nas medidas preventivas que visem alcançar os objetivos, projetados interativamente com a comunidade, através da parceria e da cooperação, notadamente na busca de solução para os problemas relacionados com "meninos de rua", "fome" e "miséria". Por compreender a importância da realização de ações preventivas em interação com a comunidade para a resolução de problemas, a participação no CBH Piranga justifica-se, por ser esta instância, ao menos teoricamente, um espaço de discussão e interação entre os diversos atores sociais para se deliberar ações que promovam o desenvolvimento sustentável da bacia.

SEE - Secretaria de Estado de Educação

A Secretaria de Estado de Educação é uma instituição que, com a participação da sociedade, busca planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações relativas à garantia e à promoção da Educação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu

preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho. Dentro do CBH Piranga a SEE visa dialogar com os demais agentes sociais sobre a preservação da bacia e, especificamente, contribuir para possíveis campanhas de educação ambiental nas escolas.

Secretaria de Estado de Saúde - Gerência Regional de Saúde – Ponte Nova

Esta instituição tem como objetivo formular, regular e fomentar políticas de saúde de acordo com as necessidades da população assegurando os princípios do Sistema Único de Saúde - SUS. Além disso, busca, em caráter complementar, executar ações e serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, alimentação, nutrição e saúde do trabalhador; co-participar da formulação da política de saneamento básico; e participar, junto com órgãos afins, do controle dos agravos do meio ambiente que tenham repercussão na saúde humana. Como a água contaminada além de degradar o meio ambiente constitui-se num importante foco de doenças, a Secretaria de Estado de Saúde participa do CBH Piranga visando deliberar ações que promovam a melhoria da qualidade da água, e, com isso, a diminuição de doenças.

5.3.2 Poder Público Municipal

Em relação a este segmento, a caracterização da maior parte dos membros pautou-se na apresentação de dados de área, população, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e importância dos setores econômicos²⁷ de cada município que tem representação no CBH Piranga., Conforme o quadro 2, a seguir:

²⁷ O setor primário corresponde a agropecuária e extrativismo. O setor secundário corresponde as indústrias e o terciário ao comércio e serviços (IBGE, 2000)

Quadro 2: Caracterização dos municípios representados no CBH Piranga

Município	Área km ²	População total habitantes	População urbana (%)	População rural (%)	IDH	Setor da economia de participação mais significativa
Rio Doce	112,31	2.318	59,19	40,81	0.702	terciário
Ponte Nova	470,34	55.303	88,60	11,40	0.766	terciário
Mariana	1.193,29	46.710	82,81	17,19	0.772	secundário
Alvinópolis	599,34	15.588	69,31	30,69	0.727	terciário
Raul Soares	771,47	24.287	58,88	41,12	0.729	terciário
Córrego Novo	198,04	3.638	58,87	41,13	0.677	terciário
Acaiaca	100,88	3.889	61,33	38,67	0.678	terciário
Piedade de Ponte Nova	84,01	4.029	66,49	33,51	0.674	primário
Diogo de Vasconcelos	165,04	3.972	21,17	78,83	0.660	terciário
Viçosa	299,40	64.854	92,19	7,81	0.809	terciário
Barra Longa	386,10	7.554	29,71	70,21	0.668	terciário
Porto Firme	285,01	9.474	41,13	58,87	0.686	terciário
Ressaquinha	188,75	4.557	54,93	45,87	0.725	secundário
Guaraciaba	348,53	10.262	26,79	73,21	0.666	terciário
Oratórios	89,19	4.359	62,61	37,39	0.663	primário
Jequeri	547,82	13.658	47,23	52,77	0.662	primário
Bom Jesus do Galho	590,97	16.173	57,47	42,53	0.657	terciário

Fonte: Censo Demográfico (2000) e Atlas de Desenvolvimento (2000) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

AMAPI - Associação Municipal da Microrregião do Vale do Rio Piranga

É uma entidade política, de utilidade pública, visa a prestação de serviços e assistência técnica, auditoria, consultoria, elaboração, análise, avaliação e execução de projetos nos municípios da microrregião do Vale do Piranga. Suas atividades são voltadas para a articulação política junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na busca do fortalecimento da causa municipalista, buscando a valorização das ações e das políticas públicas regionais. Dentro do CBH Piranga, a AMAPI espera influenciar nas decisões,

atrair recursos financeiros para a região e propor ações que promovam o desenvolvimento sustentável da bacia do Piranga.

5. 3.3 Usuários

Companhia Vale do Rio Doce – CVRD

A Companhia Vale do Rio Doce é uma das maiores empresas globais da indústria de mineração e metais. Presente em 13 estados brasileiros e em 32 países, nos cinco continentes, a Companhia é líder mundial na produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, além de possuir as maiores reservas de níquel do planeta. A CVRD também é importante produtora global de concentrado de cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês e ferroligas. Além disso, a empresa é uma das maiores consumidoras de energia elétrica do país. Assim, investe em projetos de geração de energia, preferencialmente, hidroelétrica, voltados para o auto-consumo, de forma a garantir competitividade e acesso a energia. A Vale argumenta que o meio ambiente é um componente fundamental para a qualidade dos seus produtos e serviços. Por isso, busca a redução dos efluentes, emissões e resíduos, evita desperdícios, através de medidas de racionalização dos principais insumos industriais – energia elétrica, combustíveis e água, desenvolve pesquisas e incorpora novas tecnologias para o contínuo aperfeiçoamento das suas atividades. A empresa difunde um discurso de que estas ações visam melhorias ambientais, através da redução dos impactos ambientais negativos e do consumo de matéria e energia. Em relação ao CBH Piranga, a Vale, enquanto uma grande usuário de água tem o intuito de dialogar com os demais membros do Comitê, procurando manter a qualidade ambiental da bacia e a preservação dos interesses da empresa, particularmente em relação à instalação de hidrelétricas na região.

FIEMG

A FIEMG é uma fundação que orienta o empresariado mineiro para a construção de uma indústria mais forte e competitiva, oferecendo diversos serviços, tais como: assessorias e consultorias econômica, tributária, trabalhista e jurídica; relações internacionais; relações sindicais; meio ambiente; promoção de negócios; assuntos

legislativos, capitalização e financiamento. Além disso, a Fundação estimula os empresários para desenvolverem uma Produção mais limpa. Esta metodologia, de acordo com a Fundação, busca a eliminação ou redução da geração de resíduos ao longo do processo produtivo, pois estes resíduos são comprados ao custo de matéria-prima e consomem insumos como água e energia. Quando gerados continuam a consumir recursos, seja no tratamento ou nas formas de disposição, seja sob a forma de passivo ambiental gerado, o que acarreta infrações passíveis de multa. Embora a metodologia de Produção mais Limpa tenha como consequência inegáveis melhorias ambientais, a nosso ver o objetivo principal da empresa é a redução de custos de produção e consequentemente o aumento de seus lucros.

Em relação ao CBH Piranga, a FIEMG participa com o objetivo de defender os interesses das indústrias dentro da bacia, relacionados aos critérios para cobrança do uso da água e a oferta deste recurso, pois este é um componente essencial ao processo produtivo.

Samarco

A Samarco Mineração S.A. é uma empresa de lavra, beneficiamento, pelotização e exportação de minério de ferro. O controle acionário da Samarco pertence à Companhia Vale do Rio Doce (maior exportadora de minério de ferro do mundo) e à BHP Billiton (terceira maior produtora mundial de minério de ferro), cada uma detendo 50% das ações.

A água é um insumo fundamental no processo produtivo da Samarco. Diante disso, esta empresa afirma realizar o tratamento de efluentes líquidos e desenvolver o uso responsável da água – com projetos de racionalização e otimização do seu uso, bem como a proteção dos cursos d' água,

O seu objetivo no CBH Piranga é dialogar com os outros atores sobre a gestão dos recursos hídricos, visando à preservação do meio ambiente e a disponibilidade de água para a empresa.

Klabin

A Klabin é a maior produtora e exportadora de papéis do Brasil e líder nos mercados de papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais. É também a maior recicladora de papéis da América do Sul, além de

produzir e comercializar madeira em toras. Assim, como as outras empresas acima descritas, a Klabin é uma grande consumidora de água, pois esta é um dos principais insumos para a fabricação do papel. Por isso a empresa vem investindo em alta tecnologia, que proporciona o fechamento de circuitos, recuperação de efluentes dentro do processo produtivo e redução de perda de fibras. A empresa acredita que a correta gestão da água é fundamental para a manutenção de sua oferta, e, por isso participa do CBH Piranga.

COPASA

A Companhia de Abastecimento e Saneamento de Minas Gerais realiza ações que compreendem o planejamento, a elaboração de projetos, a execução, ampliação, a remodelagem e a exploração de serviços de saneamento, principalmente serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A Companhia busca cumprir sua missão de prover soluções em saneamento mediante a cooperação técnica e a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, das condições ambientais e do desenvolvimento econômico-social das áreas onde atua. Dentro do CBH Piranga, a Companhia, sendo um grande usuário de água, tem o interesse de influenciar as decisões pertinentes à gestão dos recursos hídricos da bacia, particularmente no aspecto da cobrança pelo uso da água.

SAAE

O Serviço Autônomo de água e Esgoto é um usuário distinto dos apresentados até então, na medida em que utiliza a água para o abastecimento e esgotamento urbano. O SAAE se constitui numa autarquia municipal, que visa proporcionar qualidade de vida pra a população através do fornecimento de água tratada em qualidade e quantidade, bem como a coleta e o tratamento dos esgotos sanitários. Além disso, busca-se o estabelecimento de parcerias entre a população, os servidores da autarquia e o poder público municipal para a melhoria dos serviços prestados e para a preservação do meio ambiente. Especificamente em relação ao CBH Piranga, a participação dos SAAEs objetivam contribuir para a melhoria das condições das Bacia do Piranga, no

que tange a questões de proteção e revitalização de nascentes e despoluição de mananciais.

CAT-LEO Construções Indústria e Serviços de Energia S.A e a Companhia Força e Luz Cataguazes - Leopoldina – CFLCL

Estas empresas fazem parte do *holding* Energisa S.A. Sistema Cataguazes-Leopoldina (SCL), que é uma sociedade anônima de capital aberto, que investe em outras empresas que trabalham com a distribuição de energia elétrica. Enquanto a CAT-LEO Construções Indústria e Serviços de Energia S.A atua na operação e manutenção de usinas hidrelétricas para terceiros, construção e repotencialização de unidades geradoras, gerenciamento de obras, montagem e fornecimento de equipamentos eletromecânicos e hidromecânicos, obras civis e serviços de engenharia, a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina – CFLCL, atua na geração e distribuição de energia, atendendo diversos municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Estas empresas participam do CBH Piranga com o intuito de influenciar decisões acerca da implantação de empreendimentos hidrelétricos na região, principalmente Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs - que são usinas que têm até 30 MW de potência.

Destilaria Atenas

É uma usina que opera na produção de cana para destilação de álcool combustível. A empresa utiliza grande quantidade de água para fazer a destilação, captando-a do ribeirão Gavião - São Pedro dos Ferros, 24 horas por dia. Sendo uma grande usuária de água, sua participação no Comitê está relacionada à tentativa de influenciar os critérios para cobrança do uso da água, quando esta for iniciada.

Frigorífico Industrial Vale do Piranga S.A.

Este frigorífico situa-se no município de Ponte Nova e é resultado de uma parceria entre cinquenta e dois produtores de suínos que saíram da condição de concorrentes para se tornarem sócio-acionistas, com o objetivo de agregar valor a sua

matéria-prima. Esta empresa é pioneira na busca por licenciamento ambiental de sua atividade. De acordo, com o representante do frigorífico, os dejetos da suinocultura são tratados e utilizados eficientemente na adubação de lavouras de café e campineiras, promovendo uma integração da atividade suinocultora com a preservação do meio ambiente, impedindo assim a poluição das águas pelos dejetos. A participação desta empresa no CBH Piranga tem o intuito de preservar a utilização dos recursos hídricos pelos suinocultores agregada à preservação ambiental.

DMAES - Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento

O DMAES é uma autarquia municipal situada em Ponte Nova. Este departamento, assim como os SAAEs, capta e trata a água do Rio Piranga para suprir as necessidades da população do município. O interesse em relação ao CBH Piranga está relacionado à possibilidade de deliberar ações que promovam uma melhoria qualitativa das águas da bacia, o que se reflete numa diminuição dos custos para seu tratamento. Além disso, a autarquia pode atuar prestando assistência técnica dentro das Câmaras técnicas que forem criadas.

5.3.4 Sociedade Civil

ABAS

A Associação Brasileira de águas Subterrâneas visa a exploração racional das águas subterrânea. Para tal, busca reunir entidades, técnicos e interessados em pesquisas, tecnologias sobre este recurso natural. Além disso, realiza estudos e propõe aos órgãos apropriados os procedimentos, normas, padronizações, regulamentos e legislação de interesse para o desenvolvimento e a preservação das águas subterrâneas. Dentro do CBH Piranga, a ABAS constitui um apoio para pareceres técnicos e objetiva contribuir para a deliberação de ações que permitam melhorias quantitativas e qualitativas nas águas da bacia.

ASSUVAP

A Associação dos Suinocultores do Vale do Piranga, localizada em Ponte Nova, busca prestar serviços que contribuam para ampliação e racionalização das atividades da suinocultura regional. Assim como Frigorífico Industrial Vale do Piranga S.A., dentro

do CBH Piranga a participação desta associação visa a possibilidade de manutenção da utilização dos recursos hídricos pelos suinocultores .

ABES

A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental é uma organização não-governamental de caráter nacional, sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo contribuir através do conhecimento dos seus associados para a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira. Sua dinâmica operacional baseia-se em amplo leque de atividades estruturadas com base na engenharia sanitária e nas ciências ambientais, desenvolvendo-se principalmente, por meio de ações que buscam o aperfeiçoamento profissional e acadêmico de seus associados. Dentro do CBH Piranga a sua principal contribuição é a assistência técnica.

Universidade Federal de Ouro Preto

A Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP foi instituída como Fundação de Direito Público em 21 de agosto de 1969, incorporando duas instituições de ensino superior centenárias: a Escola de Farmácia e a Escola de Minas. Conciliando tradição e modernidade, a Universidade Federal de Ouro Preto expandiu-se com a criação de unidades acadêmicas e com a implantação de cursos. A UFOP oferece 28 cursos de graduação, contando com 22 departamentos e 7 unidades acadêmicas, entre as quais o Centro de Educação Aberta e a Distância. Sendo uma centro de excelência em ensino pesquisa e extensão, esta universidade dentro do CBH Piranga, cumpre papel fundamental, tanto em relação à assistência técnica, quanto a esclarecimentos sobre a organização do Comitê.

UFV

A Universidade Federal de Viçosa originou-se da Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV, criada em 1926. Em 1948, a ESAV foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG, que era composta da Escola Superior de Agricultura, da Escola Superior de Veterinária, da Escola Superior de Ciências Domésticas, da Escola de Especialização (Pós-Graduação), do Serviço de Experimentação e Pesquisa e do Serviço de Extensão. Devido ao seu grande desenvolvimento em 1969, a UREMG foi federalizada recebendo o nome de

Universidade Federal de Viçosa. Atual a UFV oferece 38 cursos de graduação e 30 programas de pós-graduação *stricto sensu* e 14 *lato sensu*, além de realizar diversos projetos de extensão. Como esta Instituição se constitui num pólo de geração de conhecimento científico para a região do Vale do Piranga, a sua participação no CBH Piranga visa assessorar tecnicamente o comitê.

SINDÁGUA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais

O SINDÁGUA é uma entidade constituída para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria dos trabalhadores nas indústrias de purificação e distribuição de água e em serviços de esgotos. O Sindicato luta por uma remuneração justa para os trabalhadores, pelo constante aperfeiçoamento profissional e humano. A entidade acredita que somente a luta e organização dos diversos setores da sociedade podem levar a qualidade social. Por isso, participam do CBH Piranga, pois este teoricamente constitui-se num “Parlamento” onde os diversos setores podem decidir juntos as ações a serem implementadas na bacia hidrográfica, decisões que afetarão a todos, pois, a água é um recurso natural de usos múltiplos.

ORGANIZAÇÃO VERDE ÁGUA

É uma Organização não Governamental (ONG) que busca melhorias ambientais e sociais na bacia do Piranga. Para tal atua por meio de projetos como o Matipó Verde Água, que intervem na sub-bacia do Rio Matipó, através da revegetação florestal de topo de morros, recuperação de áreas degradadas, proteção de nascentes, etc., e o Centro Cultural Emboque, que prevê a instalação de oficina de arte e artesanato e seminários sobre cooperativismo, economia e educação ambiental e outros eventos ligados ao autodesenvolvimento. As propostas desta ONG vão ao encontro das atribuições dos CBHs, pois visam o desenvolvimento sustentável da bacia, é com este intuito que participam do CBH Piranga.

AREFAP

A Associação Regional Escola Família Agrícola Paulo Freire é a instituição responsável por manter e gerir a EFA Paulo Freire. É ela que busca recursos, parcerias e administra a EFA, através de encontros, reuniões e assembléias onde se discutem o

desenvolvimento do projeto e ações e a serem realizadas. Nestes espaços de discussão participam estudantes, pais e mães de estudantes, agricultores e agricultoras e parceiros. A EFA oferece o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, realizado por alternância.²⁸ Esta instituição trabalha valorizando a cultura do campo tentando amenizar o êxodo rural. Ao mesmo tempo, busca a conscientização dos agricultores quanto às diversas formas de agressão ao meio ambiente, como o uso de queimadas, agrotóxicos e a pecuária intensiva. A participação da AREFAP no CBH Piranga justifica-se pela possibilidade de deliberar ações que preservem a bacia do Rio Piranga e que desta forma, permita a reprodução social dos trabalhadores rurais da região.

Diante das características apresentadas sobre os diversos membros e segmentos observamos que enquanto alguns estão preocupados com a utilização econômica do recurso hídrico, notadamente o segmento de usuários, outros visam o acesso dos diversos atores a este recurso em quantidade e qualidade suficientes para a manutenção de suas práticas sociais. No subitem a seguir discutiremos estes interesses diferenciados.

5.4 A participação no CBH: os distintos interesses e representações

Os objetivos dos diversos segmentos e seus membros ao participarem do Comitê são distintos. Estes objetivos estão diretamente relacionados ao interesse e representações que os membros de determinado segmento têm em relação ao uso e apropriação das águas. Neste item faremos uma análise dos objetivos e representações em relação aos cursos d' água para o poder público estadual, poder público municipal, usuários e sociedade civil respectivamente.

²⁸ De acordo com Gimonet (2002) a alternância se refere a possibilidade de estudantes que pertencem a famílias de trabalhadores rurais, conciliar os estudos com as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos rurais onde vivem, pois passam um período do ano ou do mês na escola e outro em casa. Assim, o calendário escolar é elaborado de acordo com as necessidades das comunidades rurais. Isso é necessário por que muitas vezes, há evasão escolar no período da colheita de determinados produtos, pois os estudantes, filhos de agricultores familiares ajudam os pais. Pela pedagogia da alternância o processo de aprendizagem dos jovens parte de situações vividas, encontradas e observadas em seu meio, em vez da simples aplicação, na prática, das aulas teóricas, como nas escolas tradicionais. Os alunos das EFAs, portanto, mais do que alunos, são atores socioprofissionais em formação permanente, que adquiriram, ao longo de sua experiência de vida pessoal (familiar, profissional, social e cultural) vários saberes e conhecimentos, que precisam ser socializados, fazendo da escola um lugar de mútuo ensino e aprendizado.

5.4.1 O Poder Público Estadual – PPE

Este segmento tem como atribuição consolidar o processo de gestão descentralizada dos recursos hídricos através da assessoria técnica e da prestação de esclarecimentos aos demais segmentos de forma a fortalecer o CBH. Os objetivos deste segmento ao participarem do comitê, de acordo com os entrevistados, estão apresentados no Gráfico2:

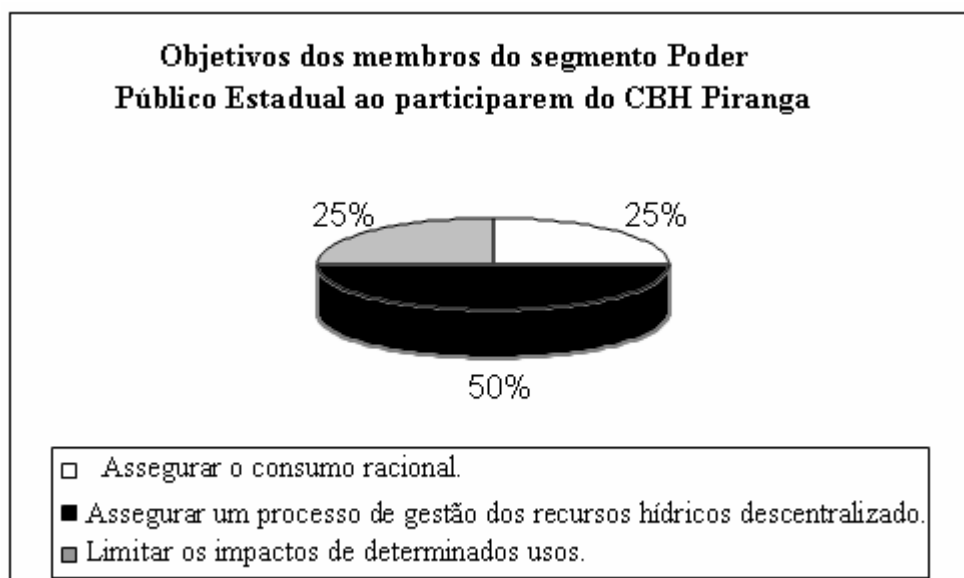


Gráfico 2: Objetivos dos membros do segmento Poder Público Estadual ao participarem do CBH Piranga

Fonte: Entrevistas realizadas em julho 2007.

Diante desses dados, percebemos que a maior preocupação de 50% dos representantes do PPE ao participarem do Comitê, é assegurar um processo de gestão dos recursos hídricos de forma descentralizada e democrática. Além disso, buscam limitar impactos de atividades poluidoras e assegurar o consumo racional da água pelos seus diversos usuários. Embora o poder público estadual seja composto basicamente por técnicos, a partir destas informações podemos inferir que, para este segmento, a água representa um meio necessário para a sobrevivência desta e das próximas gerações.

5.4.2 O Poder Público Municipal - PPM

De acordo com a Lei 9433/97, a esfera municipal deve trabalhar conjuntamente com os demais segmentos do comitê de forma a garantir o desenvolvimento sustentável da bacia, que conseqüentemente refletirá em melhorias das condições de vida de grande parte da população. No entanto, esta não é a preocupação das prefeituras entrevistadas, conforme podemos observar no Gráfico 3:



Gráfico 3: Objetivos dos membros do segmento Poder Público Municipal ao participarem do CBH Piranga

Fonte: Entrevistas realizadas em julho 2007.

Podemos perceber que os membros que representam o poder Público Municipal no CBH Piranga, têm um interesse bastante utilitário desta instituição, isto é, 67% dos entrevistados participam do Comitê para atrair recursos e projetos para seus municípios, sendo que a preocupação com a renovação do meio ambiente, através de ações de conservação e preservação dos cursos de água, relegada a segundo plano, conforme expresso na fala do representante do PPM de Ponte Nova:

“O Comitê será um importante mecanismo de atração de recursos para a nossa ‘região’, quando for iniciada a cobrança pelo uso da água. Estes recursos possibilitarão a realização de ações que promovam o

desenvolvimento sustentável da nossa região ²⁹”. (Representante do PPM de Ponte Nova, em entrevista realizada em julho de 2007).

Diante disso, concluímos que a água representa um recurso meramente econômico para este segmento.

5.4.3 Usuários

Este segmento é o que mais utiliza a água em termos quantitativos, pois a produção industrial, agrícola e o abastecimento urbano dependem diretamente deste recurso. Diante disso, os usuários participam de todas as discussões do Comitê, pois querem fazer valer seus interesses frente a outros grupos quando for iniciada a cobrança pelo uso da água. , conforme demonstra o Gráfico 4:

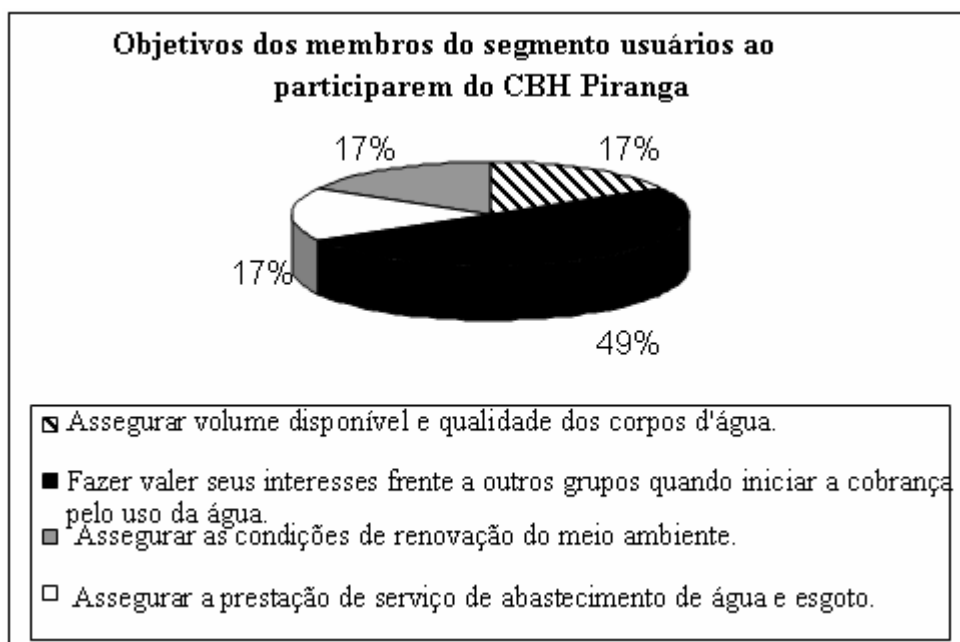


Gráfico 4: Objetivos dos membros do segmento usuários ao participarem do CBH Piranga

Fonte: Entrevistas realizadas em julho 2007.

²⁹ O termo “região” é utilizado como sinônimo da área que corresponde ao município de Ponte Nova e municípios próximos.

A análise destes dados nos permite inferir que os usuários têm, em sua maioria, um interesse utilitário sobre o rio, tratando a água como um recurso econômico, isso é explícito na fala do representante da COPASA de Ponte Nova:

“Nós temos um interesse bem claro ao participarmos do Comitê... as empresas não entram nesta instituição para brincar, quando for iniciada a cobrança pelo uso da água muito dinheiro estará em jogo (...) Nenhum de nós quer sair prejudicado, todos nós tentaremos fazer valer nossos interesses diante de outros grupos.” (Representante da COPASA de Ponte Nova, em entrevista realizada em julho de 2007)

Os interesses nesta representação assemelham-se aos do poder público municipal. Isto pode ser bastante perigoso, pois, os usuários mais poderosos podem estabelecer alianças com este segmento, prejudicando outros usuários e a população em geral.

5.4.4 Sociedade civil

Este segmento é heterogêneo, uma parte é composta por profissionais com nível superior que estão representados pela ONGs, Associações de Profissionais e Universidades, outra parte é constituída por Associações que representam o interesse de diferentes usuários, como a ASSUVAP e finalmente uma parte representa os interesses das associações comunitárias e sindicatos. Estes segmentos possuem representações distintas sobre a água. Enquanto para a UFV e para a ABAS a água é vista com um canal de escoamento, para a ASSUVAP, a água é um recurso econômico. Já a AREFAP concebe a água como um meio de sobrevivência. Apesar disso, dentre os objetivos descritos na participação do CBH, dois prevalecem, conforme podemos observar no Gráfico 5:

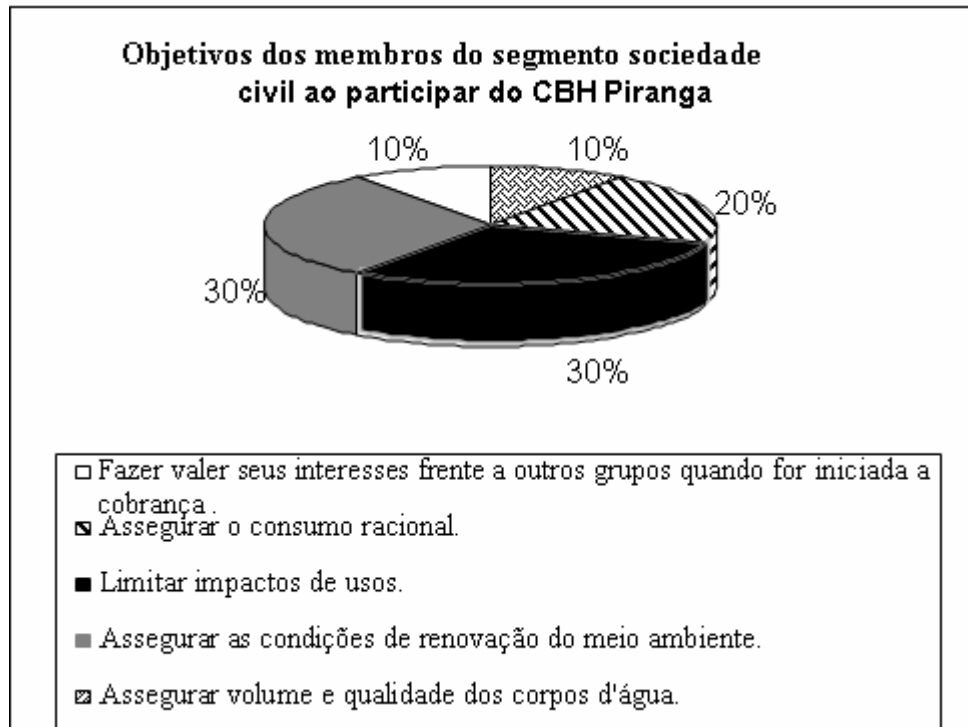


Gráfico 5: Objetivos dos membros do segmento sociedade civil ao participarem do CBH Piranga

Fonte: Entrevistas realizadas em julho 2007.

De acordo com o gráfico podemos apreender que a maioria da sociedade civil busca prioritariamente a preservação do curso d'água, através da limitação de determinados usos que causam impactos negativos sobre o curso hídrico, bem como a renovação do meio ambiente.

Estes diferentes objetivos dos segmentos ao participarem do Comitê ocasionam diferentes interpretações sobre os problemas existentes na bacia e suas possíveis causas. Discutiremos esta questão no próximo capítulo.

6. CAPÍTULO III: OS PROBLEMAS ENFRENTADOS NA BACIA, CONFORME A ÓTICA DE DETERMINADOS GRUPOS

Neste capítulo nos dedicaremos a comparar os dados e informações obtidas nas entrevistas com os problemas da Bacia do Piranga, descritos em dois documentos do CBH Piranga. O primeiro deles, intitulado “Proposta de Formação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Rio Doce – região DO1”, foi elaborado em maio de 2002, pelo presidente da Comissão Pró-Organização do Comitê Região – DO1, por um técnico da EMATER e outro representando a ABAS e a ABES³⁰. O outro intitulado “Principais Problemas da Bacia do Rio Piranga” foi elaborado em novembro de 2006. Nestes documentos, foram descritos os principais problemas enfrentados na referida bacia, bem como suas possíveis causas. Realizaremos esta comparação numa tentativa de identificar os possíveis problemas e interesses de determinados grupos que foram omitidos.

Nos documentos, o principal problema apontado foi a poluição do rio devido ao lançamento de resíduos líquidos e sólidos industriais, domésticos e agropecuários sem qualquer tratamento, causado, principalmente, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e pelo lançamento de dejetos oriundos de suinoculturas. O nosso trabalho de campo confirma a existência do problema da poluição, sendo tal questão apontada por todos os segmentos, demonstrando que não atinge um ator em particular, mas todos, guardadas as devidas proporções. No entanto, é importante ressaltar que este não é o principal problema de acordo com todos os representantes dos segmentos, embora isto tenha sido apontado nos documentos do CBH analisados. De acordo com os Gráficos 6 e 7, podemos verificar que o lançamento das diversas formas de esgoto foi apontado por 25% dos representantes do PPE, 60% do PPM, 50% dos usuários e 25% da sociedade civil.

³⁰Antônio Sergio Peixoto Maciel – Comissão pró-comitê do DO1, Marcelo Caio Líbano Teixeira – EMATER – MG, Sandra Parreiras Pereira Fonseca – ABES MG / ABAS MG, com o apoio da COPASA e da SAMARCO S/A.

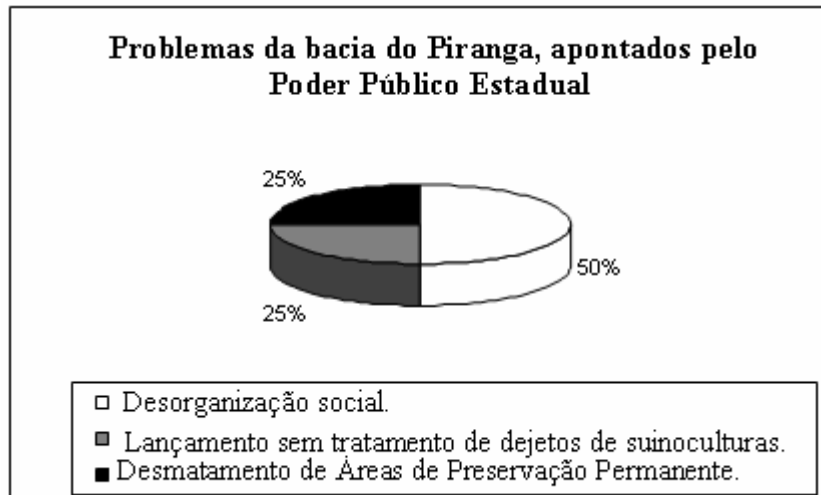


Gráfico 6: Problemas da Bacia do Piranga apontados pelo Poder Público Estadual
 Fonte: Entrevistas realizadas em julho de 2007.



Gráfico 7: Problemas da Bacia do Piranga apontados pelo Poder Público Municipal
 Fonte: Entrevistas realizadas em julho de 2007.

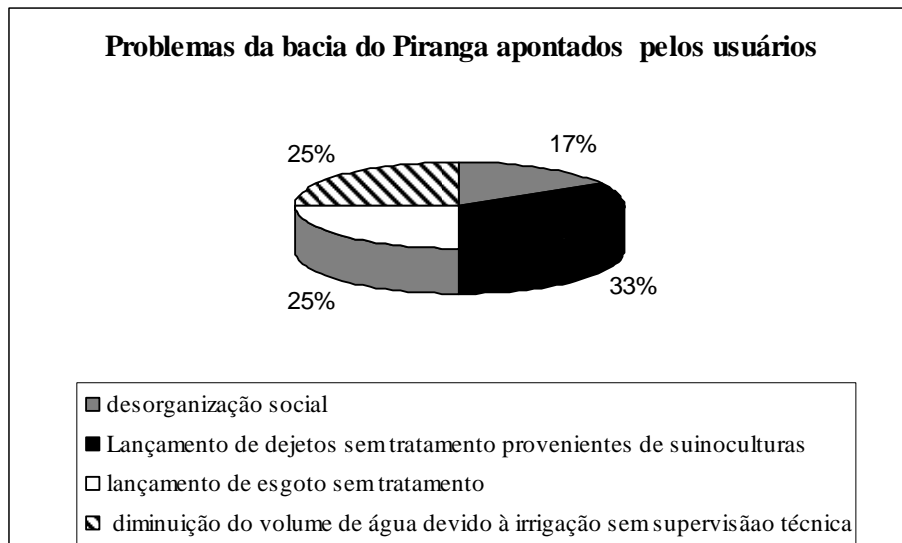


Gráfico 8: Problemas da Bacia do Piranga apontados pelos usuários

Fonte: Entrevistas realizadas em julho de 2007.

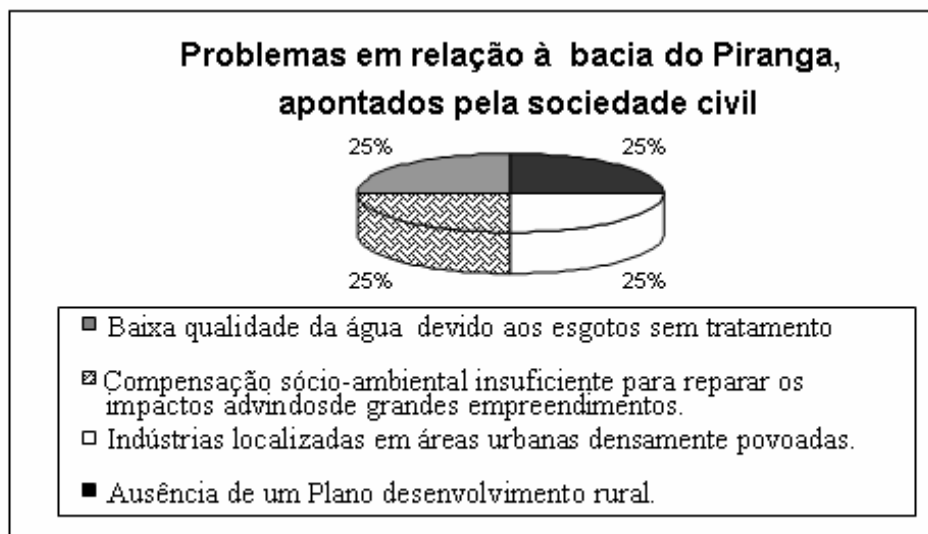


Gráfico 9: Problemas da Bacia do Piranga apontados pela sociedade civil

Fonte: Entrevistas realizadas em julho de 2007.

A identificação do lançamento de esgotos como o principal problema, a nosso ver, pode ser justificada por que os documentos foram realizados com o apoio financeiro da Samarco e da COPASA, membros que representam os usuários e que vêm no lançamento de esgotos o principal problema da bacia.

Outra questão mencionada no documento foi o uso inadequado dos recursos naturais ao longo da bacia, através do desmatamento de Áreas de Preservação

Permanente (APPs), como topos de morros e matas ciliares, o manejo inadequado dos solos, a utilização de práticas não conservacionistas na agricultura e a extração indiscriminada de areia e pedra sabão. Assim, estes usos trazem graves conseqüências para a preservação da bacia uma vez que reduzem a recarga do lençol freático e provocam o assoreamento do rio. As causas apontadas no documento que explicam estes problemas são: a falta de conscientização ambiental da população, a descapitalização dos agricultores familiares que têm as alternativas de renda restritas e que acabam utilizando tecnologias inadequadas à realidade da região, a visão imediatista dos usuários que não prevêm as conseqüências destes atos, bem como a falta de drenagem das estradas rurais, cuja manutenção é inadequada. Em relação à falta de manutenção das estradas rurais, as prefeituras são responsabilizadas, pois destinam poucos recursos para elaboração de projetos técnicos de construção e manutenção das mesmas.

Em nossa pesquisa, este problema foi apontado por 25% do PPE, 40% do PPM (20% destruição das APPS e 20% a utilização de irrigação sem orientação), 25% dos usuários. A sociedade civil não identificou este problema durante as entrevistas.

O documento relata também que os produtores rurais estão desestimulados pela falta de retorno da atividade agrícola e a população encontra-se desmobilizada e sem consciência dos problemas ambientais. Esta realidade pode ser atribuída à existência de um crédito rural burocrático e ineficiente, a assistência técnica insuficiente, a desqualificação de mão-de-obra, as ações de Educação Ambiental deficientes e isoladas, a desinformação sobre os problemas locais e a precária organização social. Somando-se a isso, na Bacia do Piranga, é colocado que há falta de fiscalização educativa, causada pela carência de recursos humanos, financeiros e materiais e de uma política Pública eficiente.

Este problema pode ser entendido como a falta de um Plano para o Desenvolvimento Rural, que é apontado por 25% dos entrevistados do segmento sociedade civil. No tocante à desorganização social esta é apontada por 50% dos representantes do PPE e por 17% dos usuários.

O documento conclui que para se atinja um desenvolvimento sustentável na bacia são necessárias o desenvolvimento, de ações como: o respeito à legislação ambiental vigente; um planejamento agropecuário para os estabelecimentos rurais que respeite a sua capacidade de uso e que busque alocação adequada das culturas anuais,

das culturas perenes, das pastagens, das criações e o reflorestamento. Também propõe a utilização correta de fertilizantes químicos e agrotóxicos; a recomposição de florestas em áreas essenciais e a recuperação das áreas degradadas; a regularização da vazão dos cursos d' água e a melhoria de sua qualidade; a adequação das estradas; a implantação de medidas de saneamento básico – transporte e tratamento de esgoto doméstico e industrial; bem como o envolvimento da população local. Este envolvimento deve ocorrer de forma participativa e consciente, para que as soluções garantam a auto-sustentabilidade das ações e dos projetos.

Vale a pena ressaltar que o segmento sociedade civil apontou dois problemas que não foram descritos no documento. O primeiro diz respeito à concentração de indústrias em áreas densamente povoadas. Este fato traz impactos indesejáveis a esta população, relacionados à diminuição da qualidade do ar e da água bem como à poluição sonora. O outro problema omitido no documento está relacionado à insuficiente compensação sócio-ambiental para reparar os impactos advindos da instalação e operação de grandes empreendimentos, como hidrelétricas, mineradoras ou indústrias altamente poluidoras. Este segmento ao apontar este problema demonstra reconhecer o sentido daquilo que Acsehrad (2004) define por injustiça ambiental, ou seja, o fato dos impactos negativos do desenvolvimento serem socializados enquanto seus benefícios são privatizados.

A partir desta análise verificamos que os problemas descritos nos documentos nem sempre correspondem aos apontados pelos diferentes segmentos, o que demonstra a existência, entre os membros, de desiguais interesses e visões sobre as águas. Neste aspecto, sugere uma relação de poder assimétrica, pois a enunciação e seleção de alguns problemas em detrimento de outros registra a capacidade de um grupo se impor. Assim, a apresentação de problemas prioritários no documento demonstra quem são os grupos e interesses que foram e continuam sendo efetivamente representados. Como as futuras ações a serem desenvolvidas partirão destes documentos, tudo indica quais serão os grupos privilegiados que terão seus problemas resolvidos.

Com o intuito de compreender porque determinados grupos são ouvidos dentro do comitê em detrimento de outros, analisaremos no capítulo seguinte as fragilidades existentes dentro da estrutura do CBH.

7.. CAPÍTULO IV: CBH PIRANGA: UMA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL QUE LIMITA A PARTICIPAÇÃO

Os CBHs de acordo com os preceitos da PNRH e da PERH se constitui num espaço democrático de construção de consenso entre os diferentes agentes sociais que utilizam a bacia hidrográfica. Esta idéia de construção de um consenso não é específica dos CBHs, mas está presente em diversas instâncias criadas no campo ambiental a partir da década de 90. De acordo com Zhouri (2005) esta concepção negligencia as desigualdades de poder que marcam os conflitos em torno da significação e da apropriação do meio ambiente. Neste capítulo discutiremos como estas desigualdades de poder se manifestam dentro do CBH Piranga. Diante disso, este comitê se constitui num espaço institucional onde não há uma participação efetiva de todos os seus membros.

De acordo com os entrevistados, esta realidade se manifesta por alguns motivos. O primeiro é porque há falta de infra-estrutura para o deslocamento dos membros, fato que foi apontado pelo segmento poder público municipal para 67% dos entrevistados e pelo segmento de usuários, apontado por 25% dos entrevistados, conforme os Gráficos 10 e 11 a seguir:



Gráfico 10: Problemas do CBH Piranga segundo o Poder Público Municipal

Fonte: Entrevistas realizadas em julho de 2007.

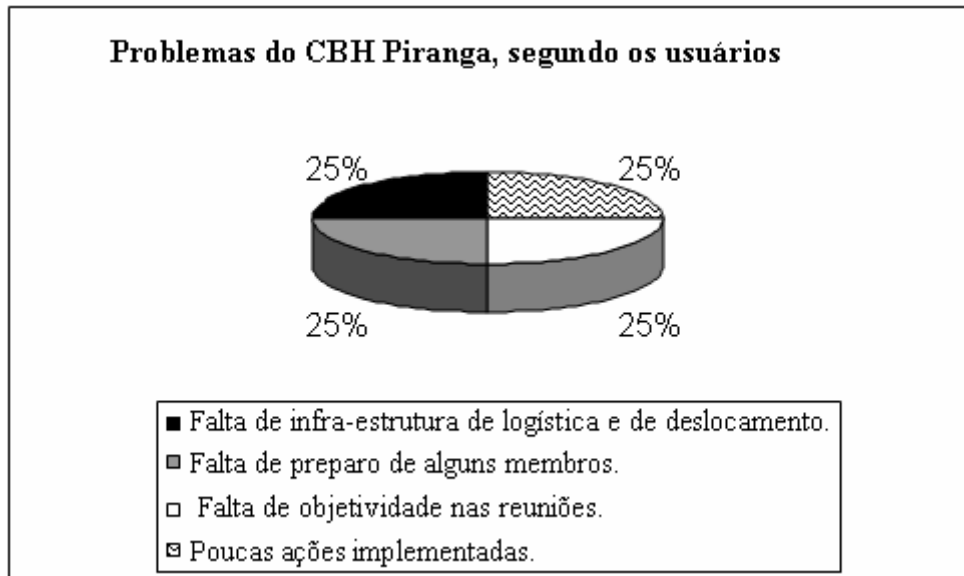


Gráfico 11: Problemas do CBH Piranga segundo os usuários
 Fonte: Entrevistas realizadas em julho de 2007.

Esta realidade faz com que muitos membros desistam de ir às reuniões, prejudicando o desenvolvimento das discussões dentro do Comitê, porque as reuniões não têm quorum e alguns segmentos têm participação reduzida.

O outro problema apontado é a monopolização do Comitê por parte do poder público municipal. Este problema foi apontado por 37% dos entrevistados do poder público estadual e por 40% dos entrevistados do segmento sociedade civil, conforme os Gráficos 12 e 13:

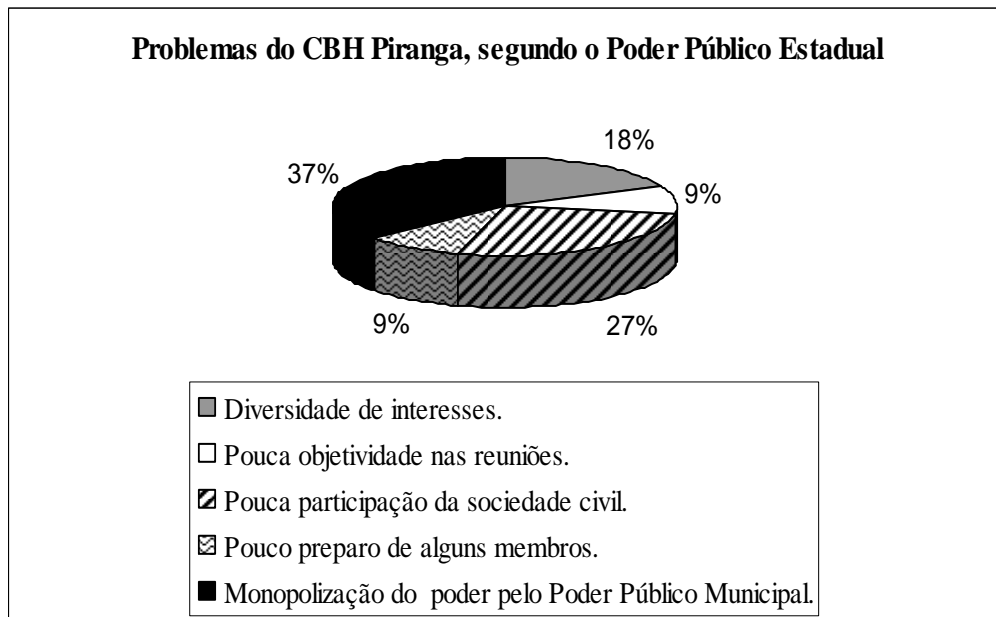


Gráfico 12: Problemas do CBH Piranga segundo o Poder Público Estadual
 Fonte: Entrevistas realizadas em julho de 2007.

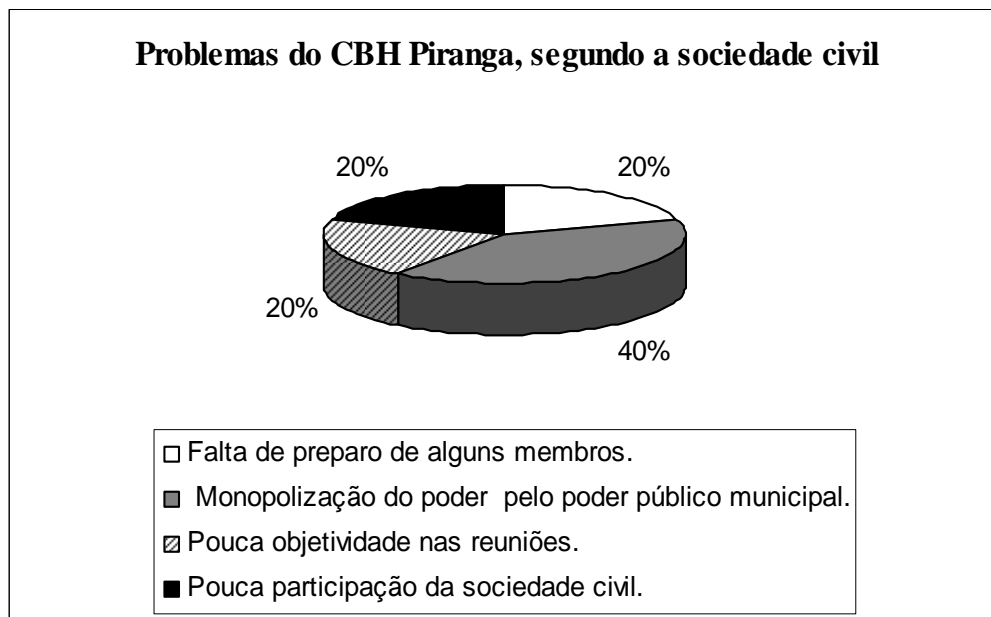


Gráfico 13: Problemas do CBH Piranga segundo a sociedade civil

Fonte: Entrevistas realizadas em julho de 2007.

A partir da análise dos gráficos e das entrevistas, pode-se apreender que existem fragilidades organizacionais e políticas dentro do Comitê, pois este serve como extensão do domínio de grupos hegemônicos, que de acordo com os entrevistados são: a prefeitura de Ponte Nova e a AMAPI.

Dentro do CBH Piranga, seja no plano das práticas decisórias, seja na tentativa de validação/aplicação dos instrumentos de gestão, reaparecem os processos tradicionais: as relações de domínio estabelecidas no território chegam até esta instituição e procuram torná-las úteis à reprodução da dominação. Diante disso, o Comitê - idealmente considerado o lócus de uma gestão dos recursos hídricos participativa, vem distanciando-se de qualquer luta participativa por um território mais sustentável, configurando-se num espaço de disputas políticas entre os municípios.

Assim, a ação destes membros do poder público municipal aproxima-se da figura do provedor-benfeitor, que segundo Valêncio & Martins (2005) é aquele que é o responsável pela conquista de recursos e/ou serviços para o município ou região. Esta relação de personificação da instituição por parte de alguns representantes do poder público municipal mostra que a criação de novas instituições não exclui velhas práticas de dominação. Como afirma Martins (1999):

“(...) na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho”(p.30)

Diante disso, as velhas territorialidades pautadas nas relações de dominação local por grupos hegemônicos se refletem dentro do CBH. Portanto, não há interesse de se promover ações efetivas para o desenvolvimento da bacia como um todo, como pode ser constatado na fala do representante da Klabin, que, ao ser indagado se o CBH Piranga estava cumprindo seu papel afirmou: “O comitê é velho, as práticas são novas” (Entrevista, julho, 2007). A fala deste membro queria explicar que embora o comitê já exista há cinco anos, até hoje não implementou nenhuma ação efetiva.

Porém, a nosso ver, a fala deste representante deveria ser invertida, pois, cinco anos é um prazo curto para a efetivação de uma nova estrutura de gestão dos recursos hídricos, assim o Comitê, enquanto arena de participação é algo novo, as práticas é que são velhas, ou seja, as novas ações não são efetivadas porque grupos tradicionais monopolizam este espaço de discussão.

Além da monopolização do poder por alguns grupos dentro do Comitê, o Gráfico 8 aponta um outra fragilidade, qual seja: a pequena participação nas reuniões de representantes da sociedade civil. Isto acontece porque alguns membros que representam a sociedade civil são muito desorganizados, não sabendo direito qual é a sua função dentro do CBH. De acordo com o representante da EMATER e da ABAS, algumas ONGS e Associações de Moradores entraram no Comitê apenas para apoiar a candidatura da atual presidência, desconhecendo suas atribuições. Afirmaram também que uma vez que a chapa da nova diretoria foi eleita e empossada, estes membros simplesmente deixaram de freqüentar as reuniões. A fala do representante da EMATER explicita estas questões:

“A sociedade civil até está representada no Comitê, mas não há eco... a maior parte destes grupos continua muda... muitos nem sabem direito qual é o seu papel. Assim, o Comitê continua mudo, pelo menos para esses grupos.” (Representante da EMATER, em entrevista realizada em julho de 2007)

Um outro aspecto relevante que limita a participação de alguns grupos da sociedade civil é a linguagem utilizada nas discussões, muitas vezes associada a um vocabulário técnico, seja no campo jurídico ou ambiental, conforme descrito pelo

representante da AREFAP ao ser indagado sobre sua frequência nas reuniões do CBH Piranga :

"O Problema é quando 'eles' começam a falar de um monte de leis e das discussões que ocorrem nos seminários do IGAM...muita gente não entende direito do que eles estão falando, ficam acanhados para perguntar e dar sua opinião ... Assim não querem participar mais."(Representante da AREFAP, em entrevista realizada em julho de 2007)

Diante desta fala podemos perceber que muitas vezes a experiência de vida o saber local não são incorporados às discussões sobre a gestão das águas, o que desestimula ainda mais a participação deste segmento. Mas, a excessiva utilização de uma linguagem técnica e a não incorporação do saber local nas análises, não ocorre somente nos Comitês de Bacia, está presente também nas práticas de planejamento urbano e nos processos de licenciamento ambiental, conforme discussão estabelecida por Souza (2005) e Zhouri (2005), respectivamente.

Souza (2005) ao analisar as práticas de planejamento urbano critica a utilização deste tipo de linguagem. Nas palavras do autor:

"Ocorre que os próprios parâmetros particulares não devem ser um puro produto de gabinete, pois também o seu conteúdo deve ser preenchido, incorporando as percepções e sentimentos dos atores sociais mas em diversas instâncias criadas com o intuito de permitir o diálogo entre os diferentes agentes sociais .Caso contrário, será o analista que estará impondo(...) aquilo em que consiste o desenvolvimento sócio-espacial, e não as pessoas, que devem ser protagonistas da mudança social" (p.70)

Zhouri (2005) ao analisar os processos de licenciamento ambiental afirma que estes: “não somente deveriam garantir o cumprimento de legislação e das normas em vigor, como também possibilitar a participação da sociedade civil nas decisões, sobretudo através da Audiência Pública obrigatória”(p. 3).

Diante do exposto, podemos afirmar que a insuficiente participação deste segmento torna-se problemática, pois os interesses da sociedade civil são negligenciados pelos demais segmentos. No entanto, estas diferenças de interesses e de poder entre os membros, não ficam restritas ao Comitê, elas geram conflitos que assumem uma organização espacial na medida em que um agente se apropria do recurso hídrico em detrimento de outro, conforme veremos no capítulo seguinte.

8. CAPÍTULO V: OS CONFLITOS AMBIENTAIS NA BACIA DO RIO PIRANGA

Segundo Acselrad (2004) os conflitos ambientais relacionam-se aos interesses e estratégias diferenciados de uso e apropriação da natureza. Nas palavras do autor:

“Os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.”(p.26)

Ainda de acordo com o autor, os conflitos ambientais devem ser analisados tanto no aspecto de apropriação material dos recursos territorializados, quanto no aspecto simbólico, relacionado às significações e representações sobre este recurso. Este trabalho corrobora com o pensamento deste autor e se propõe a fazer, neste capítulo, um análise destas apropriações materiais e simbólicas realizadas pelos membros do CBH Piranga na referida bacia, numa tentativa de explicar as estratégias dos diferentes atores envolvidos nestes conflitos.

Compreendemos, portanto, que as apropriações materiais dos recursos territorializados dizem respeito à capacidade diferencial de sujeitos terem acesso a determinado recurso, impedindo, limitando ou prejudicando o acesso de outros atores. O aspecto simbólico relacionado às representações, constitui as visões de mundo sobre o recurso. Estas visões legitimam as práticas de apropriações e uso e conseqüentemente afirmam os modos de distribuição de poder sobre o território.

Nos subitens a seguir analisaremos estes diferentes aspectos relacionados aos conflitos ambientais.

8.1 Os conflitos por apropriações materiais: os recursos hídricos como meio de sobrevivência versus a utilização econômica

Os Comitês de Bacias Hidrográficas, conforme já analisado, formam espaços institucionalizados que têm o objetivo de promover uma gestão participativa dos recursos hídricos, constituindo-se ao mesmo tempo, numa arena na qual diversos conflitos se manifestam. Estes conflitos ocorrem porque as discussões realizadas no

“Parlamento das Águas” envolvem diversos atores com usos e interesses diferenciados em relação ao recurso hídrico.

Em relação à natureza destes conflitos, Carneiro (2004) distingue os de caráter quantitativo e os de caráter qualitativo. Compreendem-se como conflitos de caráter quantitativo aqueles relacionados à disponibilidade de água para consumo, ou seja, trata-se de uma situação de escassez relativa do recurso. Esta escassez costuma ser interpretada como o desequilíbrio entre oferta e demanda e as soluções sugeridas restringem-se a um controle do volume consumido, a inovação tecnológica que permita a reutilização da água e o emprego de instrumentos econômicos como a cobrança pelo uso da água.

De acordo com o referido autor, os conflitos de caráter qualitativo estão relacionados às mudanças nos padrões de potabilidade da água. A origem desse tipo de conflito baseia-se, em geral, no lançamento de efluentes poluidores e de substâncias de contaminação ou, ainda, em processos naturais que podem ser potencializados pela ação humana, como os processos erosivos e transporte de sedimentos oriundos de áreas com intensa atividade agropastoril. Assim como no caso anterior, as soluções para resolução das disputas enfatizam os aspectos técnicos e econômicos.

As interpretações deste autor acerca dos conflitos são válidas, mas trazem a perspectiva de que a água é um recurso escasso sendo necessário economizar este recurso ou introduzir o uso de tecnologias para evitar seu esgotamento.

Acselrad (2004) vai de encontro a esta perspectiva ao afirmar que: “se o mundo e os recursos são finitos, quais são os fins para os quais nós deles nos apropriamos? (...) Nesta ótica, não está em causa apenas a escassez futura de meios que se anuncia, mas a natureza dos fins que norteiam a própria vida social.” (p.7)

Em nossa concepção, os conflitos que se estabelecem na bacia hidrográfica e que ganham visibilidade dentro dos CBHs, não devem ser analisados apenas em relação aos aspectos de quantidade e qualidade da água, mas devem se pautar na compreensão de qual a finalidade que esta água vem sendo utilizada e a sua representação simbólica que legitima este uso. Além disso, deve-se buscar compreender que a questão dos conflitos por quantidade e qualidade da água estão relacionadas à distribuição desigual de poder entre os diversos atores que se estabelecem no território. Desta forma, as lutas pelo uso e apropriação da água que se expressam nos Comitês podem ser compreendidas como um processo de formação de territórios.

Dentro do CBH Piranga conseguimos identificar dois conflitos pela apropriação material das águas da bacia. O primeiro se constitui no conflito entre dois grupos do segmento usuários, a CFLCL e o SAAE – Raul Soares, cujo desdobramento implica diretamente sobre o segmento da sociedade civil. E o outro se manifesta na disputa entre um grupo da sociedade civil – a ASSUVAP e outro de usuário – a Klabin. Apresentaremos a territorialização destes conflitos, bem como a análise de sua constituição, conforme o mapa ,a seguir.

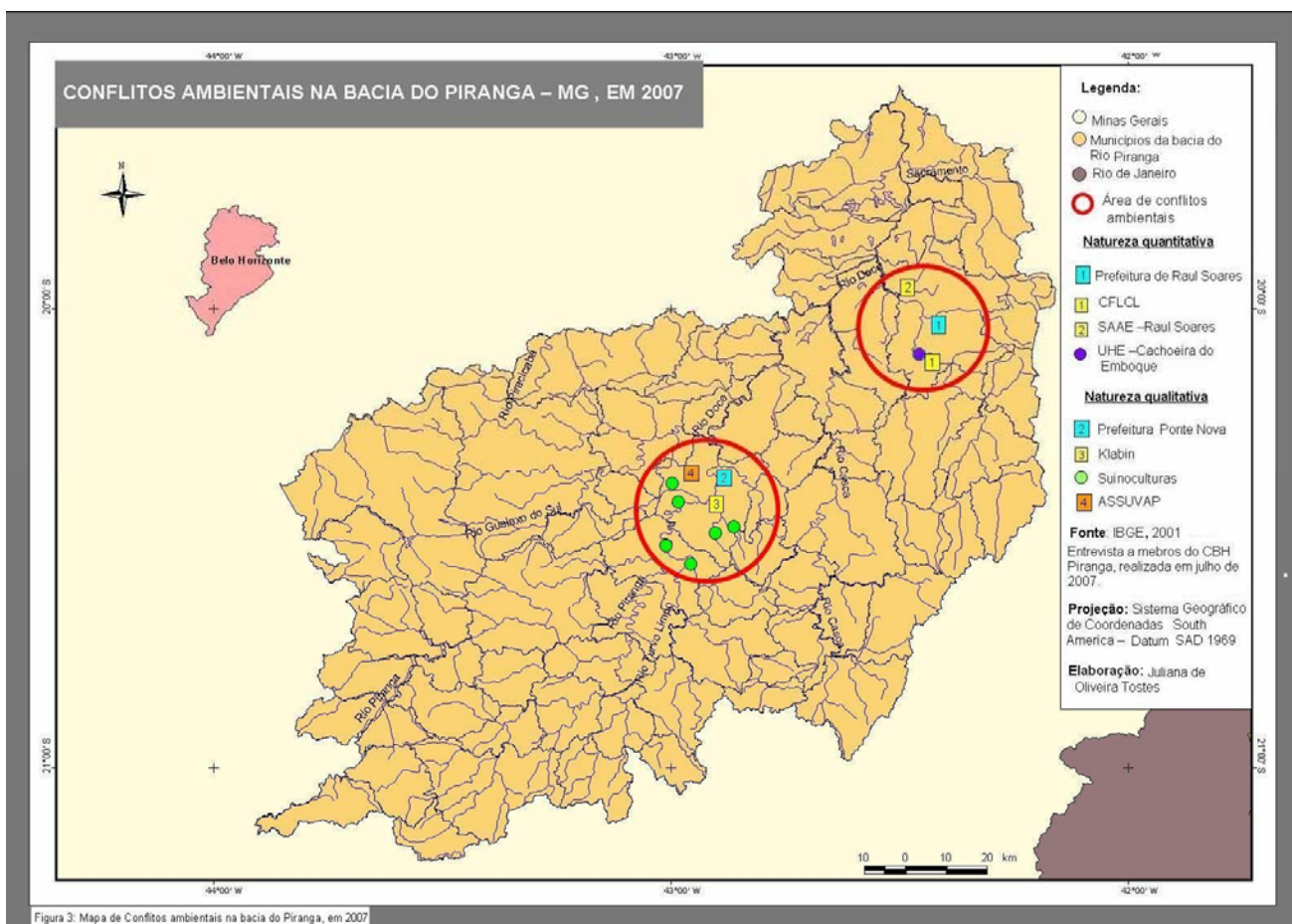


Figura 3: Mapa de Conflitos ambientais na bacia do Piranga, em 2007

a) O conflito ambiental envolvendo a CFLCL e o SAAE - Raul Soares

A Usina Hidrelétrica (UHE) Cachoeira do Emboque construída no rio Matipó, no município de Raul Soares, pertence à Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina – CFLCL e tem um potencial instalado de 18 Megawatts. A energia gerada nesta usina é vendida para algumas indústrias e para o poder público. Em função disso, a CFLCL necessita que o volume de água no reservatório atinja um padrão mínimo para poder fornecer energia para seus clientes. No entanto, em determinadas épocas do ano, a apropriação da água pela CFLCL para geração de energia tem prejudicado outro usuário de água do município - o SAAE Raul Soares.

A estação de captação de água do SAAE localiza-se à jusante da UHE Emboque e qualquer erro de operação no sistema de comportas pode prejudicar o abastecimento de água de cerca de 18.706 pessoas, ou seja, 77,11% da população do município. No período do inverno, quando a quantidade de chuvas na região é bastante reduzida os “erros de operação” se tornam “mais constantes”, prejudicando o abastecimento de água para a população.

O conflito ambiental envolvendo a CFLCL e o SAAE Raul Soares constitui-se num conflito de ordem quantitativa, pois a grande utilização do recurso hídrico por parte de um usuário prejudica ou inviabiliza a utilização de outro.

Por outro lado, apesar da CFLCL e o SAAE fazerem parte de um mesmo segmento – o de usuários, este conflito envolve modos distintos de apropriação material e simbólica da água, pois, enquanto a CFLCL utiliza a água apenas para a sua reprodução econômica, o SAAE se preocupa com o acesso à água para fornecimento da população do município. Assim, este conflito demonstra que o abastecimento urbano vem perdendo espaço para a produção de energia elétrica e indica que a CFLCL tem um poder muito maior no município de Raul Soares do que o SAAE.

A apropriação do recurso hídrico é legitimada pelo poder público municipal, que tem uma prática integrada a CFLCL, pois esta empresa produtora de energia é responsável por grande parcela dos impostos arrecadados pela prefeitura. Assim não existe um interesse real do poder municipal em resolver o problema de diminuição do abastecimento urbano de água no inverno, ainda que a população fique prejudicada. Por outro lado, o prejuízo no abastecimento de água publicizado é interpretado por alguns como um processo natural, relacionado a aspectos climáticos, relegando os aspectos

econômicos, políticos e sociais, justificando os interesses hegemônicos de alguns agentes que se apropriam de um bem público. A omissão destes aspectos fica explícita na fala de um representante do CBH Piranga ao ser indagado sobre a existência de conflitos entre membros:

“Registramos o primeiro conflito no inverno deste ano, entre a CFCLC e o SAAE Raul Soares, diante de um erro de operação da UHE Emboque. Mas, não é nada muito sério... acredito que esta disputa seja passageira, assim que vier a estação das chuvas tudo será resolvido.” (Representante da AMAPI, em informação fornecida por e-mail em 16/10/07)

Diante do exposto, percebemos que, nesta bacia, se territorializam as relações de poder dos grandes usuários, com a conivência do Estado, prejudicando os atores de menor poder, a sociedade civil. Assim, neste conflito, observamos que se manifesta uma relação de grande assimetria entre os atores que sofrem os custos e aqueles que são beneficiados, constituindo-se uma injustiça ambiental, definida por Acsehrad (2004) como a concentração por parte de alguns grupos, dos benefícios usufruídos do meio ambiente e por uma distribuição desigual dos aspectos negativos do desenvolvimento.

b) O conflito ambiental envolvendo a Klabin e a ASSUVAP

Na microrregião de Ponte Nova existem diversas suinoculturas. Muitos suinocultores dispõem os dejetos provenientes de sua produção no Rio Piranga sem nenhum tratamento, o que compromete a qualidade do curso d' água. Este comprometimento da água ocorre porque no processo de degradação da matéria orgânica presente nos efluentes das suinoculturas, o oxigênio que se encontra dissolvido na água é consumido, tornando-a um meio anaeróbico. Assim, este meio propicia a liberação de gases de outros ácidos orgânicos que podem conferir cheiro e gosto à água.

A Klabin, empresa produtora de embalagens, localiza-se à jusante de algumas destas suinoculturas. Como a água é um dos principais insumos produtivos para a produção de embalagens de papel, a qualidade dos produtos desta empresa vem sendo comprometida pelo uso de água contaminada, que traz mau cheiro às embalagens. A ASSUVAP nega que seus associados despejem efluentes sem tratamento no Rio Piranga. No entanto, um estudo realizado pela Klabin constatou que a grande quantidade de matéria orgânica é proveniente de suinoculturas e frigoríficos.

Os usos da água, territorializam-se em um conflito de natureza qualitativa e quantitativa. O aspecto qualitativo está presente na disputa entre a Klabin e a

ASSUVAP, pois se relaciona à diminuição da qualidade da água. Este conflito pelo uso e apropriação dos recursos hídricos situa-se dentro de um mesmo campo de interesses e representações, ou seja: a utilização da água como um recurso meramente econômico relacionado a atividades produtivas. Assim, as entidades estão pouco preocupadas com os efeitos da degradação do recurso hídrico para a população de Ponte Nova e da bacia do Rio Piranga como um todo, mas sim com seus empreendimentos.

Por outro lado, a apropriação privada da água pelas suinoculturas e pelas empresas tem gerado impactos negativos para população de Ponte Nova, pois além do mau cheiro em alguns afluentes do Rio Piranga, a poluição do curso hídrico é fonte de diversas doenças. Ao mesmo tempo, o fato de os dejetos não serem tratados encarecem o tratamento da água, onerando o orçamento da população que depende do abastecimento público de água, o que limita seu acesso a este recurso. Assim, a disputa entre o abastecimento público de água e a utilização deste recurso pelas empresas e suinoculturas apresentam tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos.

O Poder Público Municipal de Ponte Nova assiste ao conflito sem um posicionamento claro em relação às suinoculturas representadas pela ASSUVAP e a Klabin, afinal estas são responsáveis pela geração de receitas para o município. Isto ficou claro na fala do representante do PPM de Ponte Nova:

“Em nossa bacia existe um problema sério causado pelo lançamento de esgotos, principalmente em Ponte Nova. Mas nossa prefeitura está trabalhando com as empresas e organizações para que se inicie um rigoroso processo de tratamento deste esgoto. Assim, todos nós ganhamos, o povo terá acesso à água de qualidade e as empresas continuarão gerando empregos e receitas para nossa cidade.” (Representante do PPM de Ponte Nova, em entrevista realizada em julho de 2007)

Assim, omitindo o caráter político deste conflito e ignorando os interesses da sociedade em geral, o PPM acredita que o impasse poderá ser resolvido rapidamente, através da simples introdução de tecnologias para o tratamento da água.

Novamente consideramos que este discurso não deixa claro que os problemas de poluição e abastecimento de água apresentam um aspecto político e econômico, preservando o poder de uso sobre o recurso hídrico nas mãos dos empresários. Assim, ao entender que a água é um recurso econômico que deve ser apropriado pelos diferentes agentes que visam à reprodução do capital, o PPM não admite que a

apropriação privada da água esteja relacionada à dificuldade de acesso a este recurso em termos quantitativos e qualitativos pela população.

Este conflito ainda não foi discutido dentro das reuniões do CBH Piranga, no entanto quando assim o for, provavelmente os suinocultores serão beneficiados. Isto porque a ASSUVAP, embora represente os interesses de grandes usuários, faz parte do segmento sociedade civil. Com isso, os interesses dos suinocultores estão representados em dois segmentos.

Dessa forma, concluímos que a ASSUVAP, enquanto representante da sociedade civil, ao invés de defender o bem comum da população e lutar pela preservação da qualidade da água da bacia, utiliza o poder que lhe é conferido para a preservação de interesses particulares.

8.2 As diferentes representações simbólicas da água e seu processo de apropriação

Em nossa concepção, os conflitos ambientais em torno dos recursos hídricos da Bacia do Rio Piranga não estão relacionados apenas a um tipo de utilização que gera impactos negativos em relação à disponibilidade qualitativa e quantitativa do recurso, mas sim aos distintos projetos de uso, apropriação e significação do mundo material. Assim, legitima-se também um uso que é justificado diante e representações diferenciadas acerca deste recurso. As representações resultantes dos interesses de cada membro, legitimam também as estratégias de apropriação do recurso hídrico e o poder de determinados atores.

Neste sentido, as diferentes representações sobre a água se aproximam do conceito de territorialidade discutido por Hasbaert (2002), que corresponde aos interesses, práticas e estratégias de apropriação territorial desenvolvidos por determinados grupos diante de sua concepção de desenvolvimento.

Consideramos, portanto, que as relações de poder estabelecidas no território da Bacia do Rio Piranga estão relacionadas às distintas territorialidades existentes na apropriação e significação do recurso hídrico. Destarte, com o intuito de compreender estes conflitos ambientais, discutiremos a espacialização destas diferentes territorialidades, a partir da análise dos conflitos identificados no mapa a seguir:

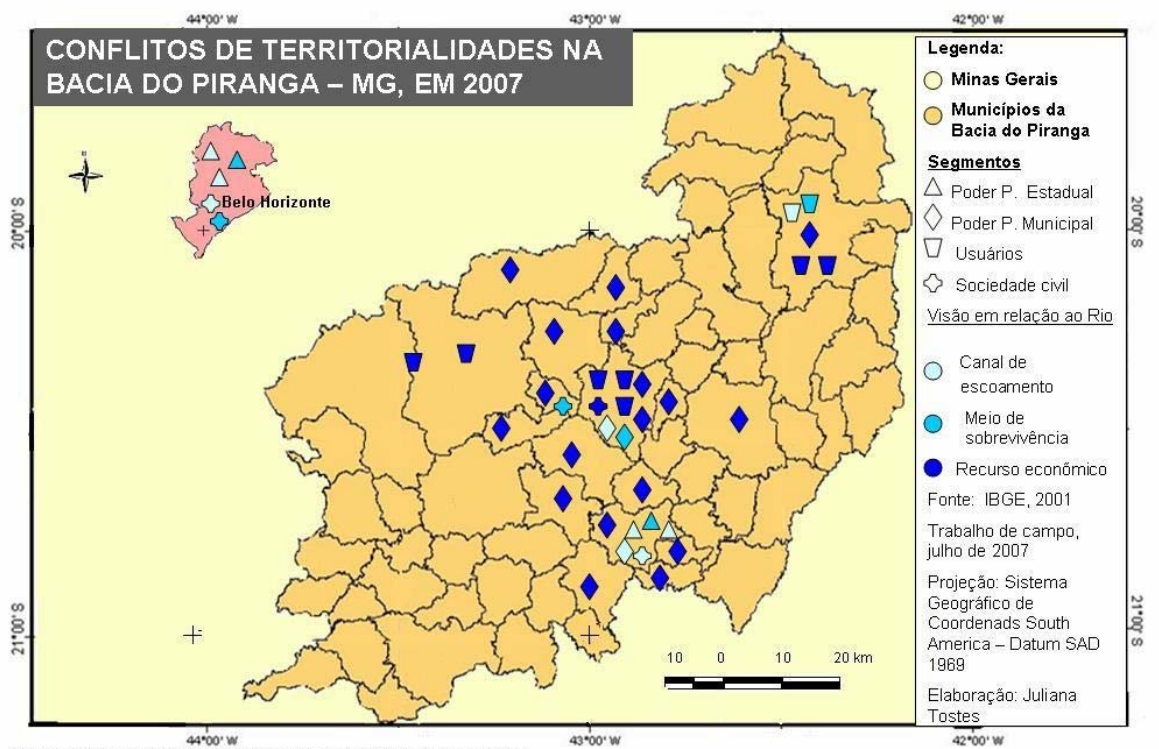


Figura 4: Mapa –Conflitos de territorialidades na Bacia do Piranga, em 2007

De acordo com as informações apresentadas neste mapa, podemos concluir que existem três formas de representação do recurso hídrico na Bacia do Rio Piranga. Por um lado, o rio é visto como recurso econômico necessário à reprodução do capital, e, por outro lado, o recurso hídrico equivale a um meio de sobrevivência necessário à reprodução do “espaço de vida”. Existe ainda uma interpretação do recurso hídrico do ponto de vista técnico, que considera a água como um canal de escoamento.

Verificamos que a representação econômica é predominante entre os entrevistados e que ela corresponde à interpretação dos usuários e do poder público municipal.

A interpretação do curso hídrico como meio de sobrevivência é pouco apontada e corresponde a visão de alguns setores da sociedade civil representada por uma associação formada por pequenos agricultores que utilizam o rio para sua reprodução social. Além disso, alguns integrantes do poder público estadual e de Associações profissionais também comungam desta visão.

No entanto, a maior parte dos representantes da sociedade civil, notadamente entidades profissionais e associações relacionadas a setores produtivos e alguns representantes do poder público estadual tentam apresentar certa neutralidade demonstrando uma visão técnica sobre o rio. É importante ressaltar que esta interpretação não está esvaziada de um posicionamento político, pois a técnica sempre está a serviço de alguns interesses.

Estas diferentes significações da água legitimam as práticas de apropriação deste recurso. Assim, quando um agente tem uma visão econômica, ele compreenderá que o seu uso e apropriação do recurso hídrico são legítimos, ainda que prejudiquem a sobrevivência de outros atores. Da mesma forma, agentes que interpretam o rio como meio de sobrevivência consideram absurda a degradação do curso hídrico diante de interesses econômicos particulares.

Porém, para que determinadas práticas se justifiquem, é necessária a difusão de determinados discursos de modo a convencer os demais agentes de sua legitimidade. Diante disso, os agentes hegemônicos costumam tentar despolitizar os conflitos através de diferentes discursos, como o que interpreta os problemas ambientais como naturais, ou aquele que vincula a crise ambiental ao crescimento populacional e finalmente, o discurso do “mal necessário”, que justifica a degradação ambiental diante dos possíveis benefícios proporcionados a toda a população.

No território da Bacia do Piranga, a FIEMG numa tentativa de reproduzir e justificar uma territorialidade associada a padrões econômicos, tem difundido estes discursos. Assim, quando um representante desta fundação foi questionado se o Comitê vinha desempenhando o seu papel a resposta foi não, pois, de acordo com ele, o CBH não se efetiva porque há a participação de pessoas “pouco esclarecidas” que atrasam as discussões sobre os problemas ambientais. Ele afirmou também que estes problemas somente devem ser discutidos por empresários e técnicos:

“(…) O problema é que o Comitê é muito político... deveria ser mais técnico, afinal quem entende dos problemas ambientais da bacia somos nós, os técnicos e representantes de indústrias... pois os processos físicos e biológicos não podem ser discutidos com pessoas... digamos... pouco esclarecidas...isso atrasa tudo....” (Representante da FIEMG, em entrevista realizada em julho de 2007)

De acordo com a concepção deste agente, o meio ambiente é somente uma quantidade de matéria e energia e todos os problemas ambientais são ocasionados por processos naturais que devem ser discutidos por quem realmente entende do assunto. Assim, os demais atores que sofrem com os problemas ambientais devem esperar por soluções de cunho científico para a resolução dos referidos problemas.

Nesta fala fica também explícito que para o representante da FIEMG, é justo que os industriais e técnicos interessados no uso e apropriação dos recursos hídricos defendam seus interesses dentro do Comitê e discutam os problemas ambientais decorrentes. Porém, é impertinente que os pequenos agricultores e associações de moradores gozem do direito de falar, não em nome dos recursos hídricos, mas, como os demais, em nome de si mesmos e seus interesses.

Um outro discurso difundido no Comitê é o da associação da crise ambiental com o crescimento populacional. De acordo com esta perspectiva, a degradação do meio ambiente é ocasionada porque os recursos são escassos e a população é crescente. Logo, este crescimento invariavelmente ocasionará a degradação do meio ambiente. Esta concepção também está presente em outra fala do representante da FIEMG:

“O desenvolvimento industrial sempre causará algum impacto no meio ambiente, mesmo que se introduzam práticas mitigadoras. Mas não tem jeito, as indústrias e a economia precisam crescer... a extração de minérios e a produção de energia são necessárias... a produção de mercadorias e automóveis também... afinal, é preciso gerar empregos... pois a cada dia

nasce mais gente...” (Representante da FIEMG, em entrevista realizada em julho de 2007)

Assim, esta interpretação visa legitimar a ação dos agentes hegemônicos a qualquer custo, pois o crescimento econômico seria imposto por necessidades da própria população.

Existe ainda o discurso do “mal necessário” visando o benefício comum. Neste discurso a degradação ambiental seria justificada em nome da modernização econômica. Este discurso se traduz numa estratégia dos agentes hegemônicos em tornar gerais os objetivos particulares.

A fala anterior também pode ser inserida nesta concepção, pois, de acordo com o entrevistado, para que todos tenham seus empregos garantidos é perfeitamente justificável que se degrade o ambiente.

No entanto, devemos observar que, o crescimento industrial, antes de tudo beneficia os donos das indústrias e toda a população sofrerá com as diversas formas de poluição e com a dificuldade de acesso à água, mas nem todos serão empregados.

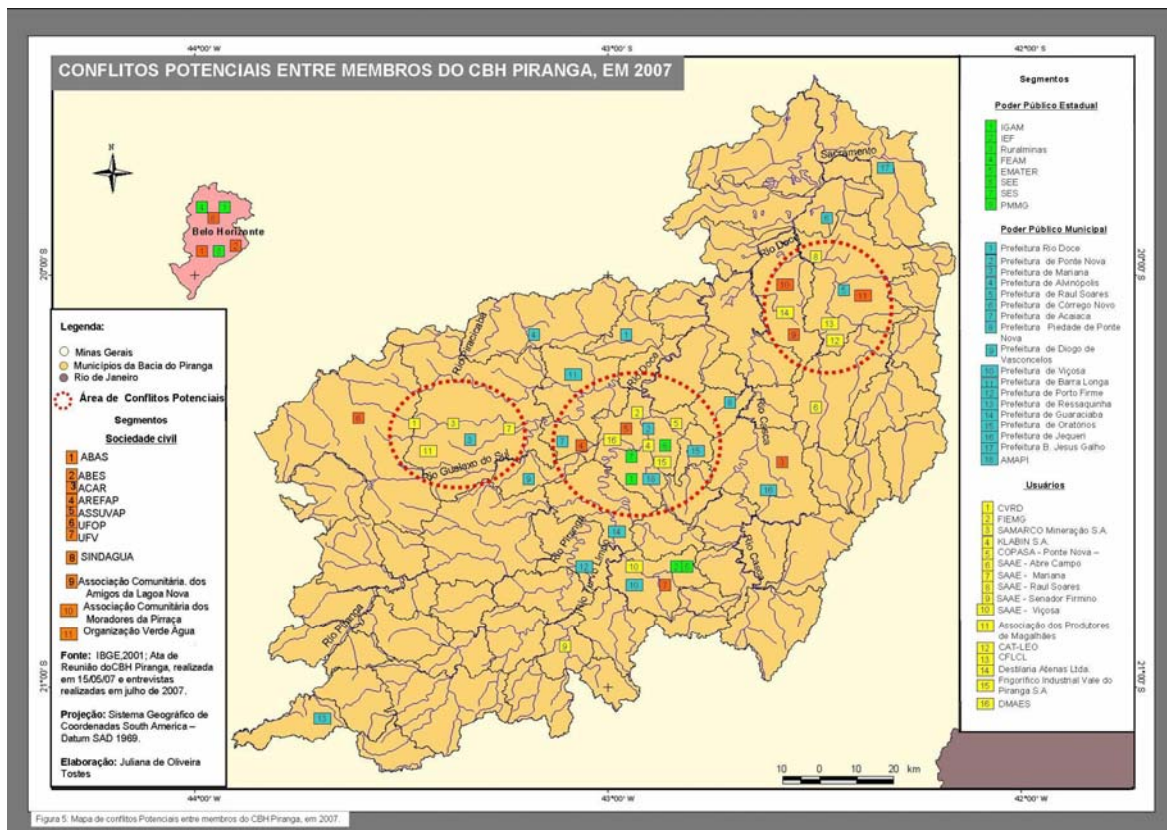
O conflito entre o SAAE Raul Soares e a CFCLC também poder ser interpretado nesta ótica, pois a empresa produtora de energia alega que sua produção não pode ser diminuída sob pena de frear o crescimento econômico da cidade, assim o prejuízo no abastecimento de água da população é legítimo.

Como a diversidade de perspectivas sobre o uso da água está vinculada às diversas propostas quanto à forma de gestão dos recursos hídricos, a nosso ver, a dinâmica de gestão deve considerar soluções negociadas envolvendo as diferentes territorialidades em disputa. Com isso, é necessário superar a visão de que os conflitos serão solucionados automaticamente por meio de intervenções de natureza técnica.

Conforme discutimos anteriormente, na bacia do Piranga, existem diferentes territorialidades legitimadas por diferentes discursos e práticas. Isto é a causa dos inúmeros conflitos existentes. No entanto, diante desta sobreposição de territorialidades acreditamos que muitos outros conflitos podem ser desencadeados. Assim, no próximo subitem, analisaremos um cenário daqueles que chamamos de conflitos potenciais.

8.3 Os conflitos potenciais na Bacia do Rio Piranga

Entendemos por conflitos potenciais aqueles que ainda não aconteceram, mas que podem se territorializar, diante dos distintos interesses, estratégias e práticas de uso e apropriação do recurso hídrico. Assim, entendemos que estes conflitos referem-se as diferentes territorialidades que se expressam ao longo da Bacia do Piranga, conforme podemos verificar no mapa a seguir:



De acordo com as informações apresentadas neste mapa, podemos identificar três áreas de conflitos potenciais.

A primeira área corresponde ao trecho do Alto Piranga entre os municípios de Ouro Preto e Mariana. Nesta região o uso e apropriação do recurso hídrico predominante é o industrial, mais especificamente as indústrias de mineração – CVRD e Samarco. Estas, ao desenvolverem suas atividades produtivas com o intuito de reproduzir seu capital lançam dejetos no Rio Gualaxo do Sul, o que afeta a qualidade da água que é consumida pela população do município de Mariana, pois a estação de captação de água se localiza à jusante destas indústrias. Assim, o tratamento desta água poderá ser encarecido e este aumento poderá ser repassado aos consumidores. Além disso, muitas doenças podem se proliferar diante da utilização de água contaminada.

A segunda área corresponde ao trecho do Médio Piranga, abrangendo os municípios de Ponte Nova, Acaiaca e Oratórios. Nesta região há uma grande sobreposição de usos e interesses, expressos pelos seguintes grupos: a SEE, o SES e a PMMG, que representam o PPE. Dentre o PPM territorializam-se: a Prefeitura Municipal de Ponte Nova, a AMAPI, a Prefeitura Municipal de Acaiaca. Dentre o segmento de usuários estão presentes: o DMAES, a COPASA, a FIEMG, a Klabin e o Frigorífico Industrial Vale do Piranga S.A. Por fim, a sociedade civil está representada pela AREFAP e pela ASSUVAP. Neste caso o poder público estadual não está diretamente relacionado ao conflito, embora esteja presente na região.

As diversas indústrias representadas pela FIEMG precisam de água para o desenvolvimento de seus processos produtivos e eliminam dejetos no curso hídrico. A ASSUVAP, que representa os suinocultores também utiliza este recurso juntamente com o Frigorífico para diluir os seus dejetos e depurá-los. O DMAES e a COPASA captam esta água poluída, tratam-na e a fornecem para a população, que conforme já descrito, poderá pagar um preço elevado por este tratamento. A prefeitura de Ponte Nova assiste a esta tensão entre os usuários da água sem um posicionamento em favor de nenhum deles, pois todos geram receitas para o município.

Consideramos que o conflito poderá se desencadear quando a população de Ponte Nova cobrar da Prefeitura uma solução para o problema de qualidade da água.

Tanto no primeiro, quanto no segundo conflito sobrepõem-se duas territorialidades uma relacionada à reprodução econômica e outra relacionada à

reprodução social. Esta última está representada pelas agências de tratamento de água e esgoto e pela AREFAP. Embora os associados da AREFAP não estejam sendo diretamente prejudicados em relação ao acesso à água, participam deste conflito potencial devido à significação que atribuem ao curso hídrico.

A terceira área de conflito potencial corresponde ao curso do Baixo Piranga, abrangendo os municípios de São Pedro dos Ferros e Raul Soares. Nesta região atuam a CFLCL a CAT-LEO, o SAAE - Raul Soares, a Destilaria Atenas, a Prefeitura de Raul Soares, a Organização Verde Água, a Associação Comunitária dos Amigos de Lagoa Nova e a associação Comunitária dos moradores de Pirraça. É importante ressaltar que, dentre as áreas analisadas esta é a que mais apresenta representantes da sociedade civil.

A CFLCL e a CAT-LEO se apropriam da água para produção de energia, ao mesmo tempo, a Destilaria Atenas despeja seus dejetos em um pequeno córrego que é afluente do Rio Matipó. Assim, a população do município de Raul Soares tem tanto a quantidade quanto a qualidade do abastecimento urbano comprometido.

Mais uma vez o aspecto econômico se sobrepõe à reprodução social. Acreditamos que quando a Organização Verde Água, a Associação Comunitária dos Amigos de Lagoa Nova e a Associação Comunitária dos moradores de Pirraça se conscientizarem de seu papel enquanto sociedade civil e influenciarem a população de Raul Soares na reivindicação por um projeto de abastecimento de água preocupado com a população, o conflito irá se instaurar, pois as empresas não exitarão em lutar por seus interesses.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Comitês de Bacia hidrográfica foram instituídos para que os diferentes agentes sociais pudessem dialogar entre si acerca de seus usos e interesses, assim, esta instituição também foi denominada de "Parlamento das Águas". No entanto, existem inúmeras fragilidades nesta concepção de gestão das águas. A nosso ver, a simples criação de instâncias de cunho participativo não se traduz em uma real efetivação de práticas democráticas na gestão dos recursos naturais territorializados.

Não basta instituir, é necessária a garantia da participação de todos os grupos. Afinal cada agente estabelece um tipo de uso e apropriação dos recursos naturais, e estes usos se originam do poder que tais grupos exercem sobre os outros. Estas relações assimétricas de poder que se estabelecem no território de uma bacia hidrográfica refletem-se conseqüentemente no Comitê da Bacia, transformando esta instituição num local de reprodução de processos tradicionais de dominação.

O poder público reconhece esta situação, porém se omite por trás da Política de gestão dos recursos hídricos, como se a simples criação de tais órgãos fossem capazes de criar um "consenso" entre os diferentes agentes sociais, de forma que todos se abstivessem de seus interesses particulares em prol do bem comum, ou seja, a preservação dos recursos hídricos, fundamentais para a reprodução social e econômica dos diversos grupos. Assim, de acordo com a legislação ambiental os possíveis conflitos existentes seriam solucionados.

Ora, esta proposição se constitui numa utopia, pois, a apropriação privada dos recursos naturais por um grupo em detrimento dos outros é algo intrínseco à lógica capitalista, na qual estamos inseridos. Em nossa concepção, o discurso do "consenso" é um tanto equivocado, pois, conforme analisado neste trabalho, a maior parte dos grupos que se estabelecem na bacia do Rio Piranga, notadamente os usuários e o poder público, não estão preocupados com o bem comum, e sim com sua reprodução econômica.

Diante disso, os conflitos não são solucionados, mas acirrados, pois todos os grupos querem fazer valer seus interesses frente aos outros. Isso foi demonstrado na análise dos conflitos ambientais existentes e os potenciais. Ao mesmo tempo, os grupos envolvidos na disputa pelo acesso à água, não abrirão mão de seus interesses, pois acreditam que estes são legítimos. Esta legitimidade, conforme já analisada, pauta-se

nas distintas representações e significações em torno do recurso hídrico que, ora é visto como um recurso econômico, ora como um canal de escoamento e ora como um meio de sobrevivência.

Apesar de todas estas limitações apontadas, acreditamos que as ações dos Comitês ao privilegiarem determinados grupos no uso e apropriação do recurso hídrico, podem fazer com que os agentes prejudicados tomem consciência de seu poder político e lutem por uma justiça ambiental, ou seja, um acesso igualitário aos benefícios oriundos da apropriação dos recursos naturais.

No CBH Piranga, enquanto esta conscientização não se manifesta, assistimos a um esvaziamento deste espaços institucionais de participação, pois diante das desigualdades de poder, da falta de estrutura e comunicação entre os membros, muitos não se sentem estimulados a participar. Assim, presume-se que, dentro deste Comitê, a prática democrática efetiva, pautada pela política de gestão das águas, encontra-se afogada por relações assimétricas de poder.

Embora confirmemos a existência de relações desiguais de poder dentro do CBH Piranga no período analisado, 2002-2007, este trabalho não nega a possibilidade de existência de uma redistribuição de poder, caso haja a eleição de novos membros, com interesses diferenciados dos atuais e com maior esclarecimento sobre sua função dentro desta instituição. Novos cenários podem ser vislumbrados, afinal, a participação efetiva ou a não participação não são aspectos dados, elas se estabelecerão de acordo com a dinâmica socioespacial de cada bacia hidrográfica, em determinado momento.

Porém faltam estudos que problematizem esta questão, particularmente no que tange o aspecto espacial do poder. Neste sentido, este trabalho cumpriu dois papéis, o primeiro de denunciar estas assimetrias de poder e o segundo de servir de base para que novas pesquisas que visam compreender as limitações destas estruturas institucionais de participação – os CBHs, sejam realizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABERS, R; JORGE, K.D. Descentralização da Gestão da Água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados? **Revista Ambiente & Sociedade** – Vol. VIII nº. 2 jul./dez. 2005.

ABERS, R.; KECK, M. Comitês de bacia no Brasil: uma abordagem política no estudo da participação social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.6, n.1 / maio 2004, p. 55 -68.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. IN ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (orgs). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.p.24.

Agência Nacional de energia Elétrica. Disponível em: <www.aneel.gov.br> Acesso em 02/10/2007

Associação brasileira de águas subterrâneas. Disponível em:< www.abas.org.br>. Acesso em 01/10/2007

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Disponível em: < www.abes-dn.org.br>. Acesso em 01/10/2007.

Associação Regional Escola Família Agrícola Paulo Freire. Disponível em: <<http://efap.v10.com.br/arefap.htm>>Aceso em : 01/10/2007

BARTH, F. T. Aspectos institucionais do Gerenciamento de Recursos hídricos. In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (Orgs). **Águas Doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1999. p. 565-597.

BERLINCK, C. N. Comitê de Bacia Hidrográfica: educação ambiental e investigação-ação. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade de Brasília – Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.. Institui a política Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição federal, e altera o artigo 1º da Lei nº 8.001, de 13 d março de 1990, e modificou a Lei nº7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, DF, 9 de janeiro de 1997.

CARNEIRO, P. R.F. **A construção social dos conflitos em torno do uso da água na Baixada dos Goytacazes, no Norte Fluminense**”,Dissertação de mestrado em Planejamento urbano e Regional. IPPUR/UFRJ , 2003.

CARDOSO, M.L.de M. Desafios e potencialidades dos comitês de bacias hidrográficas. **Revista Ciência e Cultura**. Vol.55 n°4 . São Paulo Oct./Dec. 2003. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo>. Acesso em: 29/05/007.

CASTELLANO, M. “Relações entre poder público e sociedade na gestão dos recursos hídricos: o caso do Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”. Tese doutorado em ciência ambiental. USP, 2007.

CECÍLIO, R. A & REIS, E.F. **Manejo de bacias hidrográficas: apostila didática**. Alegre: UFES, 2006.

Companhia Vale do Rio Doce. Disponível em < www.cvrld.com.br > Acesso em 02/10/2007

Diniz, E. M. Os resultados da Rio + 10. In: **Revista do Departamento de Geografia**, n° 15, 2002 .p. 31–35.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais. Disponível em: <www.emater.mg.gov.br> Acesso em 01/10/07

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Disponível em < <http://www.fiemg.com.br/> > Acesso em 02/10/2007.

Fundação Estadual do Meio Ambiente. Disponível em: <www.feam.br> Acesso em 01/10/07

Gimonet, Jean Claude. “A alternância na formação: método pedagógico ou novo sistema educativo?” [s.l]: [s.ed.], 2002.

HASBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002. 186p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Disponível em < www.ibge.gov.br > Acesso em 03/10/2007.

Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Disponível em: <www.Igam.Mg.Gov.Br/> Acesso em 27/09/07

Instituto Estadual de Florestas. Disponível em: <www.ief.mg.gov.br/> Acesso em 28/09/07

JACOBI, P.R., BARBI, F. Governança dos recursos hídricos e participação da sociedade civil ., 2003. Disponível em www.sociologia.ufsc.br/npms.

JACOBI, Pedro Roberto. Governança Institucional de Problemas Ambientais. In: **Revista Política e Sociedade** v.4/7 out. 2005. Cidade Futura, Florianópolis.

KLABLIN. Disponível em: <www.klablin.com.br> Acesso em 02/10/2007.

LIMA, A. G. A bacia hidrográfica como recorte de estudos em geografia humana. In: Revista: **GEOGRAFIA** – v. 14, n. 2, jul./dez. 2005 - Universidade Estadual de Londrina.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. Ed. Atlas. 1996.

MARTINS, J.S. **O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MACIEL, A.C, et al. Proposta de formação do comitê da bacia hidrográfica dos afluentes mineiros do Alto Rio Doce – região DO1. **Comitê da bacia hidrográfica do Rio Piranga/ Doce**. Organização Verde Água. Disponível em:<www.aqui.org.br/verdeagua> Acesso em 03/10/2007.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <www.pnud.org.br>. Acesso em 05/10/07.

Ruralminas. Disponível em: <www.ruralminas.gov.br>Acesso em 05/10/07.

Samarco. Disponível em: www.samarco.com Acesso em 02/10/2007.

Secretaria de meio ambiente e recursos hídricos de Goiás. Disponível em: < www.semarh.goias.gov.br > Acesso em 03/11/2007.

Secretaria de Estado de Saúde. Disponível em: < www.saude.mg.gov.br> Acesso em 01/10/2007.

Secretaria e Planejamento de Minas Gerais. Disponível em: <www.planejamento.mg.gov.br>Acesso em 01/10/07.

Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Disponível em<www.educacao.mg.gov.br> Acesso em 01/10/2007.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Disponível em <www.saaevicosa.com.br> Acesso em 02/10/2007.

SETTI, A. A.; LIMA, J. E. F. W.; CHAVES, A. G. DE M. E PEREIRA, I. DE C. **Introdução ao Gerenciamento dos Recursos Hídricos**. 2da edição, Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEL e Agência Nacional de Águas - ANA, 2001. 328p.

Sistema Cataguazes-Leopoldina . Disponível em < www.cataguazes.com.br> Acesso em 02/10/2007

SOUZA, M. J. L. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES; P. C.C ; CORRÊA, R. L. (Org). **Geografia: conceitos e temas**. 5ªedição. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p 77-116.

_____. Planejamento e gestão urbanos como ferramentas de promoção do desenvolvimento sócio-espacial. In: **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004. p.60-87.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. 380p.

ROTHMAN, F.D. **Impactos sociais e ambientais da construção de barragens**. Ação Ambiental, Viçosa-MG, v. 1, n. 0, 1998, p.31-35.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e distribuição de água e em serviços de esgotos do Estado de MG. Disponível em < www.sindagua.com.br>. Acesso em 01/10/2007.

TEIXEIRA, E.C. “Conselhos de Políticas Públicas: Efetivamente uma nova institucionalidade participativa?” In: CARVALHO, M.C.A.A.; TEIXEIRA, A.C.C. (orgs.) **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. (Série Polis 37). Polis São Paulo. 2000. P. 99-119.

Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em:< www.ufop.br> Aceso em 01/10/2007.

Universidade Federal de Viçosa. Disponível em:< www.ufv.br> Acesso em 02/10/2007.

VICTORINO, V. I.P. Monopólio, conflito e participação na gestão dos recursos hídricos. In: **Ambiente & Sociedade** – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO	
Nome completo:	
Telefone:	
E-mail:	
Cidade	
Escolaridade	
Instituição que representa	Cargo:

- 1) Há quanto tempo o senhor participa do Comitê da Bacia Hidrografia do Rio Piranga? O que faz o seu grupo participar do Comitê?
- 2) O senhor já tinha experiência em relação à gestão de recursos hídricos? Onde?
- 3) O senhor costuma participar das reuniões e decisões do Comitê? Por quê?
- 4) Dentro do Comitê com quais grupos você mais se identifica? Por quê?
- 5) Qual o membro do comitê que o senhor acha mais atuante? Por quê?
- 6) Em sua opinião os membros do comitê representam fielmente os interesses do grupo que representam?
- 7) Dentro do Comitê, quais as ferramentas de gestão utilizadas? Estes instrumentos são discutidos democraticamente com os outros membros?
- 8) Em sua opinião o Comitê tem desempenhado o seu papel? Por quê? (Papel de deliberar ações que permitam o desenvolvimento regional sustentável)
- 9) Qual o principal problema existente na Bacia do Piranga? E dentro do Comitê quais são os problemas que impedem seu bom funcionamento?
- 10) A partir do Plano de ação elaborado, quais ações foram efetivamente implementadas?
- 11) De onde vêm os recursos para a execução de Projetos e Programas?
- 12) Existem Câmaras técnicas instituídas no Comitê?
- 13) O Comitê já realizou uma campanha ou projeto sobre a preservação dos recursos hídricos envolvendo a sociedade em geral,? Algum grupo foi o responsável? (Para dar visibilidade as ações)